DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

14ª Edição

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

14ª Edição
Setembro de 2022

Copyright © 2022
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

3 Apresentação

4 Editorial

7 Panorama econômico brasileiro

11 Implicações para o mercado

13 Ponto de vista

16 Tecnologia e inovação de negócios

18 Saúde e previdência

20 Espaço jurídico-contábil

22 GCS

24 ESG

26 Especial- entrevista

28 Termômetros do mercado

36 Agenda de divulgações

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

Apresentação

Em setembro o Boletim Denarius apresenta a sua décima quarta edição e continuamos a acompanhar o cenário macroeconômico do Brasil e do Mundo.

O editorial do mês ficou por conta do presidente da Fipecafi e idealizador do Denarius, Phd, Edgard Cornacchione. Em seu texto, aborda o bicentenário da independência do Brasil, comemorado neste mês, e como a história veio construindo importantes instituições ao longo dos anos para a construção da sociedade como enxergamos hoje.

O artigo do professor Jhonatan Hoff traz um overview do Panorama Econômico Brasileiro para 2022-2023, avaliando os obstáculos e tendências, bem como o reflexo dos acontecimentos do mundo e do cenário político na nossa economia.

Na coluna Jurídico Contábil, Leonardo Theon e Pedro Boaventura explicam como funcionam as indenizações pelo período de não concorrência e os direitos de preferência em fusões e aquisições.

Eduardo Flores, membro do conselho consultivo da Fundação IFRS e coordenador do grupo técnico do apoio ao Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), contribuiu para a coluna de ESG, onde tratou da saga dos contadores no contexto ESG: das demonstrações contábeis aos relatórios de sustentabilidade.

Em um outro tópico, o professor Márcio Luiz Borinelli, consultor de empresas e membro do conselho curador da Fipecafi, aponta a difícil e desafiadora missão da controladoria para garantir o planejado. No contexto pós-pandemia, com a aproximação da Copa do Mundo e das Eleições, o especialista reflete sobre como tantas variáveis incertas podem impactar o ambiente de negócios.

Na coluna de Saúde e Previdência, temos o Professor George Sales, que refletiu sobre o Panorama das entidades fechadas e abertas de previdência complementar.

Em uma nova colaboração com o Boletim, o professor Fabio Sobreira nos convoca a refletir para que investimos, com destaque para a importância de entendermos os nossos objetivos e seus prazos para o melhor direcionamento dos investimentos.

E, por fim, nossa coluna de Tecnologia e Inovação traz a participação de Samuel Durso, ex-economista chefe desta publicação e agora professor da UFMG, que desta vez ao lado de Carolina Otsuru, coordenadora do programa de educação executiva da Fipecafi, escreve sobre o uso da tecnologia no ensino da contabilidade. A dupla ressalta, por exemplo, ferramentas para a simulação do mundo real que permitem o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para o mercado de trabalho.

Como novidade, nesta edição trazemos a primeira entrevista do nosso boletim, traz João Mangabeira, pesquisador da Embrapa, conversando sobre o cenário do agronegócio no Brasil, além de seus desafios e potenciais.

Boa leitura!

Fernanda Zambianco
Jornalista responsável pelo Denarius

INFLAÇÃO	JÚROS	PIB	EMPREGO
O IPCA apresentou em agosto a segunda deflação seguida, desta vez de -0,36%, contra -0,68% em julho. Em 12 meses acumula 8,73%	13,75% a.a. desde o mês passado. Existe a possibilidade de chegar a 14% na próxima reunião, que termina em 21/9	elevação pelo 4° trimestre seguido, influenciado pelo setor de serviços. A expansão foi 1,2% frente ao 1 tri deste ano. O primeiro semestre acumula aceleração de 2,5%	taxa de desocupação cai a 9,1%, percentual que corresponde a 9,9 milhões de pessoas. Contudo, país atinge recorde de trabalhadores informais

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Por Edgard Cornacchione

Brasil, 1822. Com menos de 5 milhões de habitantes (um terço de escravizados), um cenário de crise envolvendo reinos, fugas, sérios desafios no Comércio, contratação de dívidas, demandas sociais, revoluções regionais e, por fim, o café, em 200 anos vimos a profunda transformação de um país agrário e rural em uma economia mais diversa e também urbana. A independência do povo brasileiro (nosso Estado surgiu apenas em 1824 com a primeira Constituição Federal), permitiu mudanças nos rumos do país e que suas vocações aflorassem. O Brasil, nação continental, veio ocupando a condição de pátria para uma sociedade diversa, acolhedora, muito rica culturalmente, repleta de nuances regionais e com avanços relevantes no tecido social e no universo de suas empresas, porém ainda com amargas evidências de desigualdade no seio de nossa sociedade.

Reconhecendo o papel da madeira, do açúcar, do ouro, do algodão, da cana e do café (notadamente no período colonial e imperial) o mundo testemunhou o potencial do Brasil. Até hoje a vertente do setor agropecuário é pujante e relevante no contexto global, porém com essenciais avanços para garantir a incontestável competitividade internacional de nosso agro. Atualmente, a soja e o açúcar figuram como destaque de nossas exportações, assim como o minério de ferro, celulose e na cadeia proteica, carne bovina e de aves.

Ao tratarmos de aspectos de controle e financeiros, inegável que no período Colonial, notadamente pelas mãos de Marquês de Pombal, tivemos o movimento das Companhias Pombalinas, que trouxeram importante experiência gerencial e de globalização tanto a Portugal quanto ao Brasil. Neste período, os efeitos no desenvolvimento da própria Contabilidade, na Europa e no Brasil, são inegáveis. Já no século XIX, com o peso do café, destaca-se o relevante papel do Banco do Brasil (e do Barão de Mauá) nos avanços dos negócios e processos contábeis no país.

Outro importante aspecto

que afeta a dimensão financeira no Brasil é a presença histórica da inflação. Ao considerarmos as moedas correntes ao longo do período, temos a clara visão de como no último século, a combinação de realidade fiscal, infra-estrutura, crescimento da economia, agregado populacional e demandas sociais como saúde, habitação, educação, segurança e transporte (entre outros fatores) produziram um dos maiores desafios: Réis (até 1942), Cruzeiro (até 1967), Cruzeiro Novo (até 1970), Cruzeiro (1986), Cruzado (até 1989), Cruzado Novo (até 1990), Cruzeiro (até 1993), Cruzeiro Real (até 1994) e o atual Real. O efeito do fenômeno inflacionário na vida das pessoas e organizações, com impacto na própria função financeira, instiga avanços próprios dos profissionais e da área contábil-financeira.

Neste período e na dimensão da garantia das relações, no campo jurídico, o Brasil se orientou por sete constituições federais, que demonstram a evolução do tecido social: 1824 (Império), 1891 (República), 1934 (Segunda República), 1937 (Estado Novo), 1946 (Democrática), 1967 (Regime Militar) e a atual de 1988 (Cidadã). Em olhar próprio, tais cartas magnas dão o sentido transformador neste período, com efeitos práticos para as relações e os negócios que afetam as dimensões de interesse para entendermos a dinâmica da economia brasileira. Além disso, aponta nossa jovem democracia que acomoda nossa diversidade social e evolução dos negócios. Sublinhando tal afirmação temos o Código Civil de 1916 (quase cem anos após a independência) e o atual de 2002.

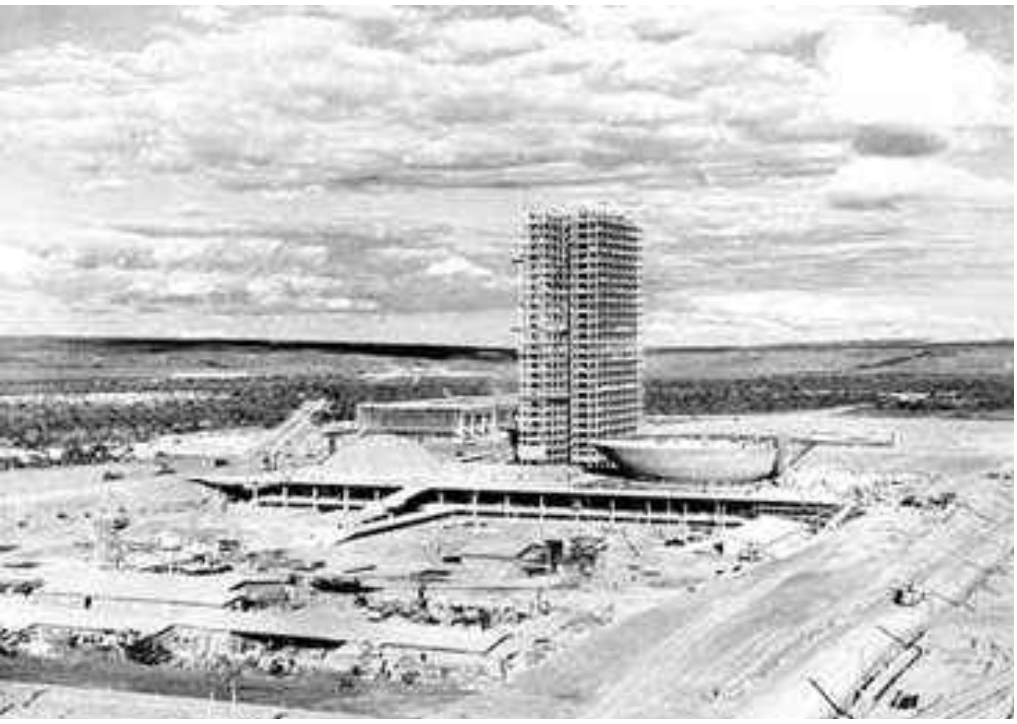
Objetivamente, no tocante às atividades do comércio e empresas (i.e., sociedades anônimas), destacam-se marcos legais importantes, com explícitas instruções e definições ligadas à Contabilidade e ao Controle: o Código Comercial de 1850 (Lei 556/1850), Lei 1083/1860, o Decreto-Lei 2627/1940 e a Lei 6404/1976, bem como 11638/2007 e 14195/2021. Lembrando da capacitação profissional via criação das Aulas de Comércio, no Rio de Janeiro, ainda no período Colonial (em 1809), do Instituto Comercial do Rio de Janeiro (em 1854), e da Escola de Comércio Álvares Penteado (em 1902).

Para além dos Correios (1663) e da Casa da Moeda (1694), representantes do período Colonial, um pequeno contingente de dezesseis empresas longevas estabelecidas no Brasil no primeiro século da independência (segundo levantamento de Ayres, 2013 e registros históricos), servem para ilustrar a economia da época: Ypióca (1846), Caixa Econômica Federal (1861), Mackenzie (1870), Cedro Cachoeira (1872), O Estado de São Paulo (1875), Hering (1880), Karsten (1882), Votorantim (1891), Santanense (1892), Drogaria Pacheco (1892), Elekeiroz (1894), SulAmérica (1895), Bayer (1896), Brookfield (1899), Light (1899) e Klabin (1899). Outro pequeno contingente de 25 empresas longevas fundadas no início do século XX serve para destacar os avanços econômicos: Gerdau (1901), Matte Leão (1901), Editora FTD (1902), Souza Cruz (1903), Cini (1904), Bunge (1905), Droga Raia (1905), Energisa (1905), Siemens (1905), Selmi (1905), Malwee (1905), Coats Corrente (1907), Alpargatas (1907), Casas Pernambucanas (1908), Açúcar União (1910), Vinícola Salton (1910), BASF (1911), Bardella (1911), Batavo (1911), Tramontina (1911), Catupiry (1911), Maersk (1913), Basilicata (1914), PriceWaterhouse (1915) e Cereser (1926).

Assim, com a República, e em velocidade própria, notamos um relevante desenvolvimento do Brasil, com estruturas e organismos mais funcionais, oferecendo um ambiente mais propício para atividades comerciais e do setor de serviços, natural, em razão daquele que se tornou um dos maiores mercados consumidores do mundo. Avançando por duas grandes guerras mundiais, o Brasil, sua sociedade e seus negócios, tiveram de focar necessariamente em controle e em contabilidade. O efetivo plano de maior ocupação do território nacional, a interiorização, ganha vida com a ação (carregada de simbolismo) que levou à construção de Brasília e consequente transferência do distrito federal do Rio de Janeiro. Foi dado suficiente estímulo para que a sociedade se estruturasse com mais empresas e mais profissionais para funções gerenciais e de controle.

Hoje, o Brasil possui 213 milhões de habitantes (IBGE, julho/2022), avançando em seu processo de transição demográfica, mas com preocupante desigualdade de renda (índice gini 0,524 em 2021, segundo IBGE) e desafios para seu desenvolvimento humano (índice de desenvolvimento humano 0,765, em 2019) ocupando a posição 84 no mundo. Há 20 milhões de empresas, sendo 99% micro e pequenas empresas que empregam 62% dos trabalhadores do país e geram 27% do PIB (Mapa das Empresas do Ministério da Economia, julho/2022). Com USD 362 bilhões de reservas internacionais (BACEN, março/2022), o país tem buscado garantir processos menos traumáticos para lidar com crises e oscilações de preços de insumos, bens e serviços. Ocupa a décima posição no ranking de PIB mundial (primeiro trimestre de 2022) e a sexta posição de investimentos estrangeiros com USD 50 bilhões em 2021 (UNCTAD), na posição 96 (escore 38 pontos, Transparency International) do índice de percepção de corrupção.

Muito foi feito nestes 200 anos desde a independência, porém o sentimento é claro sobre o muito que resta a fazer. O fortalecimento da sociedade brasileira, passa por questões de fundo e investimentos em vários setores fundamentais para que a nação possa apresentar espaço apropriado para o desenvolvimento de seu povo, com mais saúde, bem-estar, educação, emprego e renda. Apenas com discussão pertinente e ações certeiras envolvendo as dimensões de indivíduos e empresas, com foco na sociedade, ambiente, governança, segurança das relações, compliance, riscos e aspectos econômico-financeiros, tangentes à contabilidade e sistemas de controle, o país seguirá firme em sua jornada histórica. Neste contexto, a responsabilidade dos profissionais das áreas de contabilidade, administração, atuária, economia, bem como do mundo do direito, é enorme para o fortalecimento dos negócios e da sociedade.



Edgar é presidente da FIPECAFI
e professor titular da FEA - USP

OVERVIEW DO PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO PARA 2022-2023

Por Jhonatan Hoff

À medida que as restrições e impactos decorrentes da pandemia global começam a ser atenuadas, as economias mundiais iniciam um processo de recuperação, ainda que tímido, na tentativa de restabelecer os níveis de atividade econômica almejados no período pré-pandêmico. Mesmo cercada de otimismo, a materialização da retomada econômica mostrou-se mais desafiadora do que o esperado em função do cenário econômico, político e humanitário que se concretizou ao final do ano de 2021 e início de 2022.

Em 2022 novos obstáculos se materializaram em uma conjuntura já bastante desafiadora. Em breve retrospectiva, o ano teve início com o alongamento de imposições restritivas em consequência de novos surtos de COVID-19 e, somado à crise sanitária, ainda as consequências negativas da guerra na Ucrânia.

O cenário que se concretiza para a segunda metade do ano de 2022 e início de 2023, que moldará a conjuntura econômica mundial, a qual o Brasil está inserido, dos próximos meses é caracterizado principalmente pela contração da produção global, em consequência de inúmeros problemas que atingiram uma economia já enfraquecida pela pandemia e também em função da desaceleração da produção da China e da Rússia, pelo aumento dos índices de inflação acima do esperado, particularmente nos Estados Unidos e nas principais economias europeias, os quais historicamente não possuem problemas inflacionários de maior gravidade, o que levou a um aumento nas taxas de juros, também acima do esperado.

Especificamente no caso brasileiro, o cenário para o próximo ano compartilha das adversidades do cenário global. A essa equação também são adicionadas outras variáveis do contexto doméstico, principalmente o que tange o resultado das eleições presidenciais e a manutenção das instituições democráticas de direito. Apesar de extremamente relevantes, os projetos políticos e possíveis resultados das eleições não competem ao escopo do presente texto.

Este texto busca apresentar um resumo das principais perspectivas econômicas relacionadas ao cenário brasileiro com foco nos seguintes indicadores: a) Inflação e Taxa de Juros, b) Câmbio, c) Atividade Econômica, nível de emprego e renda e, d) Contas Públicas: confiança na política fiscal.

Inflação e Taxa de Juros

A crise econômica causada pela pandemia desencadeou um desequilíbrio entre as relações de oferta e demanda, levando a um aumento global de preços.

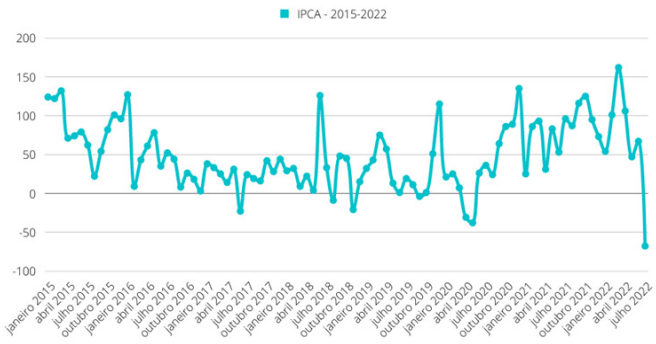
No Brasil, a inflação atingiu níveis preocupantes no primeiro semestre de 2022. Especialmente em abril deste ano, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) atingiu o acumulado de 12,13% nos últimos 12 meses, o maior valor acumulado para o período de um ano desde 2003. De modo geral, pode-se atribuir parte do aumento da inflação no Brasil as mesmas causas que levaram ao aumento dos preços no restante do mundo.

O resultado do IPCA para o mês de abril extrapolou o centro da meta inflacionária estabelecida pelo Banco Central (BC) e também surpreendeu as projeções das principais instituições financeiras e consultorias. O aparente descontrole inflacionário motivou elevações mais ar-

rojadas na taxa básica de juros (Selic) com o intuito de conter a inflação.

A partir da adoção do Plano Real, o Brasil desenvolveu certa expertise e domínio em ferramentas para o controle da inflação. No cenário atual, há de um lado especialistas que consideram que o Banco Central tardou em aumentar a taxa Selic, especialmente em vista a inflação acumulada nos meses anteriores e, por outro lado, há quem considere que o aumento da taxa básica de juros aos níveis atuais foi abrupto.

Independe de tardia ou precipitada, a Selic acumula um aumento de 48,65% apenas em 2022, passando de 9,25% a.a. no início do ano para 13,75% a.a., nesta data. Como consequência, o IPCA apresentou queda nos meses subsequentes, como é possível notar, a seguir.



Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Em julho, o valor do IPCA apresentou uma deflação de 0,68%, o menor valor desde 1980, início da série histórica. Apesar da deflação apresentada no mês, o Brasil ainda apresenta inflação acumulada nos últimos 12 meses de 10,07%. Com isso, o Brasil ainda figura entre os países com a maior inflação acumulada no cenário global, mas ainda se encontra distante de países como a Turquia e Argentina, que apresentam índices de inflação acumulada de 79% e 64%, respectivamente.

Somado a política monetária, outros fatores contribuíram positivamente para a deflação no mês de julho, como a queda no valor das commodities agropecuárias e metálicas e também a redução do ICMS sobre os combustíveis.

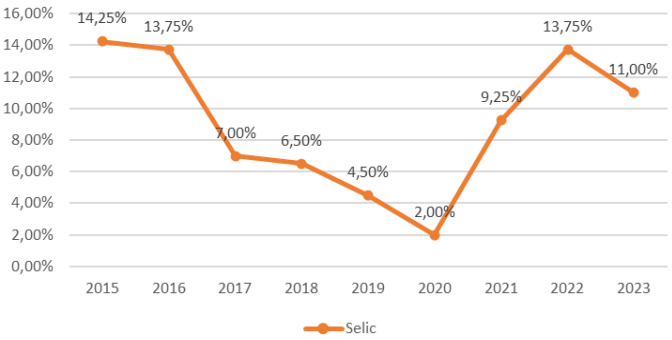
Mesmo com o resultado otimista em relação ao mês de julho, as projeções para a inflação acumulada para o ano de 2022 foram recentemente revistas para cima. Os fatores que contribuíram para essa revisão estão relacionados a fatores internos e externos. Do ponto de vista externo, tem-se a repercussão dos efeitos da guerra da Ucrânia no preço dos combustíveis, a tendência de alta no preço das commodities para os próximos meses, a consequências negativas dos efeitos climáticos na produção de alimentos (tanto no contexto doméstico como internacional). No contexto doméstico, destaca-se a injeção maciça de recursos na economia por meio do que ficou conhecido como "Pacote de Bondades" e o contorno do teto de gastos.

Ainda que as estimativas para a inflação tenham aumentado, permanece predominantemente o cenário de retração inflacionária para os anos de 2022 e 2023.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o IPCA, em 2022 deve encerrar o ano em 6,5% e em 3,6%, para 2023. Já o Banco Central estima o IPCA em 2022 em 6,7% e em 5,3% para 2023.

Taxa de Juros

Como já mencionado, o Brasil adotou uma política agressiva de alta de juros para controlar a inflação. Com a manutenção da trajetória de retração inflacionária para o ano de 2022, é esperado que o ciclo de aumentos da Taxa Selic tenha se encerrado na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no dia 03 de agosto de 2022.



Fonte: Banco Central do Brasil

A última previsão do Banco Central do Brasil, divulgada por meio do Boletim Focus, no dia 29 de agosto, mantem a previsão da Taxa Selic no patamar de 13,75% até o final do ano de 2022. Esse posicionamento reitera as projeções para a manutenção da Selic que já foram divulgadas nas ultimas reuniões do Copom. A partir de 2023, a expectativa é de que a taxa básica de

juros seja reduzida, acompanhando a queda na inflação, e termine o ano na casa dos 11%, ainda em um patamar considerado elevado, mesmo para o contexto brasileiro.

Câmbio

As projeções para o câmbio estão cercadas de um grau de incerteza superior as demais variáveis econômicas, principalmente no que se refere aos desdobramentos da Guerra na Ucrânia, a elevação da Taxa de Juros nos Estados Unidos e a trajetória de alta no preço das commodities. Relacionado a esse contexto, também devem ser consideradas preocupações do ponto de vista doméstico, como o resultado da balança comercial e o investimento direto no país, a recuperação da imagem do Brasil no Exterior, a recuperação da confiança na política fiscal e, sobretudo, no afastamento de uma tentativa de ruptura institucional em função do resultado das eleições.

Considerando a conjuntura apresentada, as projeções atuais consideram a manutenção do câmbio brasileiro para o ano de 2022 e 2023 por volta da casa dos R$ 5,20, ligeiramente acima da cotação atual. As projeções mais recentes não apontam uma possibilidade de valorização significativa do real no curto prazo. O próprio Boletim Focus, em sua última publicação, prevê o câmbio em R$ 5,17 em 2015.

Atividade Econômica

As estimativas para o crescimento da atividade econômica no Brasil não são muito otimistas. Para o segundo semestre de 2022 é esperada uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB), mas dificilmente esse crescimento será sustentado para ano de 2023. As projeções para o PIB neste ano foram elevadas, especialmente em decorrência de um primeiro semestre acima das expectativas e de medidas de curso prazo que estimularam a economia. Contudo, estima-se que atividade econômica no país será impactada de forma mais relevante em 2023 em meio a um cenário caracterizado pela taxa de juros elevada e por preocupações com a situação fiscal do país, de modo que as perspectivas para o PIB do próximo ano foram reduzidas.

Em 2022 algumas medidas buscaram estimular a atividade econômica no país, das quais pode-se elencar a redução de restrições de distanciamento social, a expansão do Programa Auxílio Brasil, liberação de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), antecipação do 13º do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), auxílio gás, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), redução do ICMS sobre combustíveis, além da melhoria dos dados de empregos e outros. As medidas citadas buscam oferecer um estímulo imediato, especialmente por meio da injeção de recursos na economia. Entretanto, apesar de um efeito positivo no curto prazo, dificilmente produzirão resultados rasoáveis no longo prazo.

É importante destacar que as medidas de apoio social têm vigência até dezembro de 2022. Apesar de inquestionável a importância de tais medidas e de que o apoio deva continuar em algum nível, ainda é incerta a configuração do pacote de benefícios sociais ou até mesmo de renda mínima estabelecida para o próximo ano.

Além disso, é preciso considerar que todos os cenários apontam para um nível de desaceleração do crescimento econômico global em 2022 e uma potencial recessão econômica nos Estados Unidos e nos Países da Europa. Inclusive, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) diminuiu as projeções de crescimento global em 2022, passando de 3,6% para 3,2%.

Em termos globais, a expectativa do FMI é de que o crescimento econômico dos países desenvolvidos em 2023 seja bastante modesto, ficando em torno de 1,4%. Já para os países em desenvolvimento, a expectativa é de um crescimento de 3,9%.

Para o Brasil, o FMI estima um crescimento de 1,7% para o ano de 2022 (ante a expectativa de 0,8% divulgada em abril) e de 1,1% para o ano de 2023. Os dados estimados pelo Boletim Focus caminham na mesma direção das estimativas do FMI para o cenário brasileiro, embora se distanciem em sua dimensão.

O relatório do Boletim Focus mais recente prevê a expansão do PIB brasileiro em 2,10% para 2022 e de apenas 0,37% em 2023, basicamente um cenário de estagnação econômica. A estimativa para o PIB brasileiro tem sido revista para baixo nas ultimas divulgações

do Boletim Focus. Um crescimento do PIB mais representativo apenas é vislumbrado a partir de 2024 com crescimento de 1,8%.

Também é importante destacar que para 2022 é esperada uma mudança na composição do PIB. Primeiramente tem-se a redução dos efeitos e das incertezas da pandemia, o que deve levar a uma recuperação das atividades de comércio e de serviços. E, segundo o IPEA, espera-se ainda uma redução na produção do setor agropecuário, passando de 2,8% para 1%, especialmente em função na deterioração das previsões de produção de soja.

Em síntese, a economia brasileira apresentará um resultado acima do esperado para o segundo semestre de 2022, em conformidade as medidas de estimulo adotadas ainda neste ano, mas esse desempenho dificilmente será sustentado em 2023, sendo esperada uma redução do crescimento econômico para o próximo ano.

Nível de Emprego e Renda

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os índices de desemprego vêm apresentando uma melhora constante em 2022. O primeiro trimestre do ano encerrou com uma taxa total de desemprego de 9,3%, ante 13,7% no mesmo período do ano anterior. O valor representa aproximadamente o total de 10,1 milhões de desempregados em julho de 2022. Importante denotar que a queda do desemprego nesse cenário não representa a criação de novos postos formais de forma consistente, uma vez que a queda nas taxas é liderada pelo crescimento da informalidade, a qual atinge 40% dos trabalhadores do país, ou seja, aproximadamente 39,3 milhões de trabalhadores.

O número de trabalhadores informais levantado em 2022 é o maior da série histórica e é composto por trabalhadores sem carteira assinada, empregadores e conta própria sem CNPJ, além de trabalhadores familiares auxiliares, conforme dados do IBGE.

Em conjunto ao aumento da informalidade, a renda habitual do brasileiro também recuou em 2022. Os dados da PNAD contínua trimestral para o segundo trimestre deste ano apontam um rendimento médio real de trabalho de R$ 2.652, valor estável em relação ao primeiro trimestre de 2022, mas 6,05% inferior que o mesmo período do ano anterior. É importante destacar que o rendimento real do primeiro trimestre, encerrado em fevereiro, apresentou queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Confiança na Política Fiscal

A gestão atual foi marcada, entre outros aspectos, por ações que deterioraram em vários pontos a confiança na Política Fiscal. A próxima gestão enfrentará em enorme desafio em relação a governabilidade e a gestão das contas públicas e, em especial, a recuperação da confiança na Política Fiscal.

As ações que se desdobram no encerramento do mandato atual utilizam de manobras para contornar regras fundamentais da Lei Eleitoral, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Teto de Gastos. Além da injeção de recursos na economia, o governo atual também abriu mão de muitas receitas. O novo governo, encontrará um orçamento bastante comprometido, que limitará os investimentos necessários para a recuperação da atividade econômica no país.

O orçamento das contas públicas prevê deficit de R$ 49,6 bilhões para o ano de 2022 e de R$ 65 bilhões para 2023.

Do ponto de vista da política fiscal, é pressuposto a manutenção de regras compatíveis com a evolução das contas públicas, tomando como base o compromisso e a responsabilidade fiscal.

Contudo, considerando a piora significativa das contas fiscais para o ano de 2023, atualmente já se debate a possibilidade da adoção de um "waiver fiscal" – medida que permite a suspensão temporária de regras fiscais para possibilitar a organização do orçamento.

Johnatan é Coordenador de Cursos na faculdade FIPECAFI

Referências disponíveis no QR Code

VOCÊ INVESTE PARA QUÊ?

Por Fábio Sobreira

Quando investimos, geralmente buscamos alguma coisa relacionada a retorno, como um percentual de rentabilidade que vá fazer valer à pena nosso tempo em aprender a investir ou nosso gasto em delegar a gestores, assessores, consultores ou quaisquer outro ser que seja capaz de maximizar os retornos que nós, sozinhos, não conseguiríamos obter.

Mas a ideia de maximizar retornos geralmente está acompanhada da exposição maior ao risco, que aumenta o grau de incertezas sobre o atingimento dos objetivos de rentabilidade ou de tempo para alcançar certo montante.

Temos no mercado algumas teorias, a mais famosa delas a teoria Moderna do Portfólio, ou teoria de Markowitz, que tenta maximizar o retorno com o menor risco, o que chamamos de "fronteira eficiente", onde seria possível, através da diversificação de ativos pouco correlacionados, diminuir o "risco não sistêmico", expondo nossa carteira apenas ao risco de mercado, o qual seria definido por fatores alheios à nossa vontade.

Falando em "economiquês", o que queremos, no fundo, é gerar alfa, com o menor beta possível para atingirmos um melhor sharpe. Traduzindo, buscamos um retorno acima das expectativas do mercado, em ativos menos arriscados que a média do mercado para que nossa relação de risco x retorno seja a melhor possível. Porém, de forma alguma isso significa que estaremos caminhando para atingir nossos objetivos.

Ora, se não somos senhores das variáveis que o mercado nos expõe todos os dias, certamente podemos ser senhores, até certo ponto, dos objetivos que traçamos para nossas vidas. E quando descobrimos que nossas escolhas de investimentos podem estar nos tirando do foco dos nossos objetivos, há de se reavaliar os motivos que nos levaram a fazer tais escolhas de ativos no passado.

Como exemplo, se você pretende casar daqui a um ano e tem 100 mil reais separados para a festa e a viagem de lua-de-mel, de nada adianta colocar este dinheiro na Bolsa, que é muito volátil, ou em um título de renda fixa sem liquidez e que só vence daqui a três anos, mesmo que seja o título com maior retorno do mercado no momento.

Torna-se mais importante então investirmos baseados nos nossos objetivos do que apenas na possível rentabilidade global de nossa carteira de investimentos. Podemos e devemos nos importar em escolher bons ativos, mas também devemos definir objetivos de curto, médio e longo prazo em nossas vidas, a fim de não sermos surpreendidos pelas oscilações de mercado e precisarmos alterar nossa trajetória por conta de um mau planejamento financeiro.

Desta forma, a rentabilidade deixa de ser um fim por si só e passa a ser apenas um "meio"

de atingirmos o fim, que são nossos objetivos de vida, e não o retorno. Um objetivo de mais longo prazo, como a aposentadoria daqui a 30 anos, comporta ativos muito mais arriscados devido seu maior tempo. Já os objetivos de curto e médio prazos, como a troca de um carro, de uma casa ou até mesmo a viagem anual da família, provavelmente não comportam o risco da renda variável.

Essa metodologia de olhar para objetivos em vez de apenas a rentabilidade vem ganhando força depois que crises como as de 2000 e 2008 abriram os olhos de muitos investidores para os perigos de apenas focarmos na rentabilidade. O nome dado para tal metodologia é GBI (Goal Based Investing), ou Investimento Baseado em Objetivos.

Esta metodologia traz consigo diversas ferramentas para definir os objetivos, mas uma das mais utilizadas é a SMART: Specific (específico), Measurable (mensurável), Attainable (alcançável), Relevant (relevante) e Timebased (temporal).

Como exemplo do uso da ferramenta, se eu tivesse como objetivo pagar um intercâmbio para que eu pudesse viajar e aprender inglês, eu poderia "especificar" todos os gastos com a viagem e cursos que faria, "mensurar" qual seria o valor aproximado a ser desembolsado com tal viagem, depois, fazer contas do quanto eu teria que economizar para saber se o objetivo é "alcançável" e até mesmo "relevante", dado que eu tenho outras prioridade na minha vida. Por fim, seria necessário definir a questão "temporal" dos aportes, dentro de minhas possibilidades de poupança.

Torna-se mais importante então investirmos baseados nos nossos objetivos do que apenas na possível rentabilidade global de nossa carteira de investimentos

Desta forma, com planejamento antes da execução e do posterior controle, podemos colocar cada objetivo em sua devida "caixinha" e ir controlando ao longo do tempo não apenas nossa carteira global, mas as "carteiras" individuais de cada objetivo.

É óbvio que o GBI não garante que você atingirá suas metas, mas certamente ajuda no processo de controle e alinhamento das expectativas. Colocar na mesmo bolo investimentos que visam prazos diferentes podem tanto atrapalhar seus possíveis retornos de longo prazo, aumentando de forma desnecessária sua aversão à perda, como pode colocar você em situação de ter que adiar ou cancelar aquele objetivo que você programou para o curto prazo, mas que acabou deixando escapar por não fazer a gestão adequada do fator temporal, que é uma das mais importantes premissas de todo planejamento financeiro.

Fábio é Analista CNPI-P, consultor de Investimentos CVM e professor de Finanças na faculdade FIPECAFI

A DIFÍCIL E DESAFIADORA TAREFA DA CONTROLADORIA DE GARANTIR O PLANEJADO

Por Márcio Luiz Borinelli

Desde que iniciei minhas pesquisas sobre Controladoria, nos idos dos anos 2004, lá na FEA/USP, tem ficado cada vez mais clara que a missão da Controladoria é **Fazer o Processo de Gestão Acontecer** e que seu lema é **Garantir que o Planejado Aconteça**. O grande desafio para cumprir este lema sempre foi minimizar as condições de incerteza que permeiam o ato de planejar, bem como controlar as novas circunstâncias que vão se apresentando ao longo da execução do plano.

Mas, desde março de 2020, quando foi decretada a Pandemia em razão do Coronavírus, esse desafio foi elevado à sua potência, haja vista que as incertezas passaram a ser ainda mais escancaradas.

Num primeiro momento, os gestores e as gestoras começaram a se perguntar coisas do tipo: quanto tempo vai durar o lockdown? Quanto tempo vai demorar para nossos clientes voltarem ao nosso estabelecimento? O que vamos fazer com nossos colaboradores e escritórios se as vendas caírem e as atividades presenciais não voltarem presencialmente? Etc. etc. etc.

Mais tarde, as perguntas foram mudando de foco: será que teremos vacinas? Em quanto tempo? Quando conseguiremos nos refazer dos significativos prejuízos? Etc. etc. etc.

Neste contexto, o papel da Controladoria tornou-se ainda mais vital para as organizações, uma vez que acompanhar muito de perto o que estava acontecendo com os números econômicos e financeiros das entidades passou a ser tarefa diária. As informações passaram a ser ainda mais fundamentais, pois, a cada dia, diferentes decisões se apresentavam para ser resolvidas.

Superada a fase mais difícil da Pandemia, 2022 vem mostrando que ainda que tenhamos muitos casos de contaminações decorrentes do Coronavírus, a curva de óbitos vem se mantendo baixa ante aos números que atingiu em 2020 e 2021.

VIVA ÀS VACINAS E OS PESQUISADORES!

Então, agora poderíamos pensar que agora é possível ficar tranquilo. Negativo! Estamos em Setembro de 2022 e muitas organizações já começaram ou estão começando a construir seus planejamentos e orçamentos para 2023 em diante. E lá vem os desafios novamente.

Senão, vejamos!

Há um ditado popular brasi-

leiro que por aqui o ano só começa depois do carnaval. Então, nosso 2023 só começará em 22 de fevereiro, ao meio-dia quando o último trio elétrico voltar da Ondina para a Barra, em Salvador/BA, no tradicional Arrastão, ou às 19h com a celebração da quarta-feira de cinzas. É, este seria o curso normal das coisas!

Mas, como a vida das organizações e dos seus profissionais é cheia de emoções, nosso calendário da passagem de 2022 para 2023 está cheio de novidades e, por consequência, a tarefa de planejar, orçar e controlar também. Preparei um pequeno resumo:

Datas	Eventos
02/10/2022	Primeiro turno das eleições 2022
30/10/2022	Segundo turno das eleições de 2022
21/11/2022	Abertura da Copa do Mundo de Futebol do Qatar
18/12/2022	Final da Copa do Mundo de Futebol do Qatar
01/01/2023	Posse do Presidente ou da Presidenta Eleito(a) do Brasil
06/01/2023	Posse dos Governadores ou das Governadoras Eleitos(as) dos Estados Brasileiros
16/02/2023	Início Oficial do Carnaval (pelo menos em Salvador)
22/02/2023	Fim do Carnaval
????	Fim da Guerra Rússia x Ucrânia

Desde março de 2020 fomos tomados por uma tríplice crise: pandêmica-política-econômica. Ainda que a pandêmica tenha arrefecido (Oxalá que a varíola dos macacos se mantenha sob controle!), a política e a econômica ainda parecem um pouco longe de acabar.

Digo longe porque no ambiente de negócios, costumamos classificar as coisas em curto, médio e longo prazos; mas, cada dia mais tem sido difícil colocar os eventos nestas caixinhas. Então, entendo que, por exemplo, a crise política não se encerrará com as eleições, em outubro/2022 ou com as posses, em janeiro/2023.

Isto porque, as pesquisas eleitorais têm sistematicamente mostrado um cenário de forte polarização entre dois candidatos.O que, no entanto, não é razão para eliminar as incertezas do processo de planejamento. Eu não tenho dúvidas de que nossas eleições irão ocorrer e que os eleitos e as eleitas serão empossados. Não obstante, a questão que se coloca é: face a essa tão forte polarização, se os vencedores e as vencedoras forem oposição dos atuais governos federal e estaduais, é de se esperar que sejam tomadas fortes medidas de descontinuidade de várias políticas e programas atuais, o que certamente irá impactar a vida de todos nós cidadãos e das organizações em que atuamos.

Na esteira do processo de planejamento, vem a necessidade de orçar e, para tanto, definir as premissas orçamentárias é tarefa imprescindível. Aí, a turma da Controladoria vai precisar buscar fundamentos para estabelecer, dentre outras, no mínimo as seguintes premissas em relação a 2023:

a) Quanto valerá o dólar frente ao real?

b) Como caminhará nossa inflação em 2023?

c) O que se pode esperar dos dissídios coletivos?

d) Quanto pagaremos pelo litro da gasolina?

e) Energia elétrica, água, gás... Quanto vão subir? Etc.

Se nas boas práticas de Controladoria essas premissas são debatidas, estudadas e estabelecidas todos os anos, me parece que para 2023, este exercício deverá ser ainda mais aprofundado, pois, em minha visão, nosso momento político é de ainda mais incertezas.

Não bastasse isso, bem sabemos que nosso bom povo brasileiro (assim como vários povos espalhados pelo mundo) consideram a Copa do Mundo de Futebol um evento de, literalmente, "parar tudo". Mas, em 2014 aqui no Brasil e em 2018 lá na Rússia foi diferente: o torneio aconteceu entre os meses de Junho e Julho; este ano a Copa será entre Novembro e Dezembro. É sempre bom ter novidades!

No ambiente de negócios, costumamos classificar as coisas em curto, médio e longo prazos; mas, cada dia mais tem sido difícil colocar os eventos nestas caixinhas

Acontece que, para muitas organizações, o desempenho do Brasil também afeta seus negócios; e aí as incertezas continuam pairando. Ainda que sejamos brasileiros otimistas, ainda que tenhamos um excelente elenco e um dos melhores técnicos (Vai Curintia!!! Digo, Vai Tite!!!), nenhum de nós tem condições de cravar que o Brasil será campeão, e, então nossos planejamentos e nossos orçamentos vão precisar ser construídos sob esta circunstância.

Ah! Nem vou entrar na questão das incertezas trazidas pela questão da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O que fazer então?

Se há uma boa notícia neste contexto todo, é que na maioria dos casos estamos diante de dois caminhos "mais certos"; na política, parece estar consolidado que na esfera federal ou será o atual ou será o ex. Muito de nós torcemos muito para um caminho alternativo robusto, mas, parece que diante de menos de 2 meses das eleições é difícil que ele se estabeleça. No âmbito dos estados e do distrito federal, cada um tem uma situação; não obstante, em muitos deles parece que deve seguir uma mesma disputa entre lado A e lado B.

No futebol, também estamos diante de dois caminhos: ou seremos campeões (e é só isso que vale) ou perderemos a Copa do Mundo do Qatar.

Nesse sentido, nossas organizações poderiam experimentar uma pequena mudança no seu calendário de planejamento e orçamento, desenvolvendo todo o processo ao longo dos próximos meses, porém deixando para bater o martelo sobre algumas questões bastante dependentes dos resultados dos eventos que mencionamos no apagar das luzes de 2022!

Assim, definindo um plano com um menor número de variáveis incertas, se poderá lançar mão de mecanismos de controle robustos para GARANTIR que em 2023 tudo aconteça conforme fora planejado e orçado em 2022.

Que nossas Controladorias ajudem cada vez mais as organizações brasileiras a atingirem seus objetivos e garantirem seu contínuo sucesso!

Márcio é professor da FEA - USP, Vice-presidente da Associação Brasileira de Custos, membro do Conselho Curador da Fipecafi e Consultor de Empresas

O USO DA TECNOLOGIA NO ENSINO DA CONTABILIDADE

Por Carolina Moreira Otsuru e Samuel de Oliveira Durso

Um dos desafios na formação dos contadores no mundo é oferecer no ambiente acadêmico a oportunidade de experimentar, de forma prática, a realidade encontrada na atuação profissional. A tecnologia, atrelada ao ensino da contabilidade, surge como solução para preenchimento dessa lacuna, de forma que é possível utilizá-la para apoiar o processo de aprendizagem, oferecendo aos estudantes a possibilidade de experimentar as realidades específicas do ambiente profissional contábil.

No século XXI, novas habilidades e conhecimentos passam a ser decisivos para o sucesso profissional dos contabilistas. Uma formação de qualidade deve, portanto, pautar-se no desenvolvimento dessas competências, preparando os discentes para os atuais e futuros desafios da profissão. A preocupação com a formação do contabilista e com o gap existente entre o mundo profissional e acadêmico tem sido pauta de pesquisa nacionais e internacionais.

Uma experiência exitosa com a utilização da tecnologia no curso de graduação em Ciências Contábeis da faculdade Fipecafi é a disciplina de Laboratório de Contabilidade e Gestão. A motivação para oferecimento da disciplina surgiu, inicialmente, pela necessidade de ofertar um conteúdo vinculado à prática profissional e que possibilitasse a integração dos conhecimentos sobre o processo contábil.

A disciplina de laboratório na instituição prepara os futuros contadores para enfrentar os novos desafios da atuação contábil, possibilitando agregar os conhecimentos aprendidos ao longo do curso de Ciências Contábeis com a prática em sistemas eletrônicos. Além de preparar os discentes para a atuação no mercado de trabalho, a utilização de softwares contábeis na estrutura curricular de cursos de graduação se mostra importante, ainda, para que os discentes possam integrar os conhecimentos aprendidos em disciplinas anteriores, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

A solução encontrada na disciplina foi a utilização do software "Account - Contabilidade Didática". O software Account, que tem uma fundamentação educacional, traz aos estudantes, professores e demais atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a possibilidade de experimentar as etapas do processo contábil. O Account é um sistema didático

para o ensino da contabilidade que utiliza a informática como ferramenta didática da Ciência Contábil. Ele é também uma boa alternativa aos softwares de contabilidade profissionais utilizados nas empresas e escritórios de contabilidade, que executam automaticamente todas as tarefas que deveriam ser pensadas e elaboradas pelos alunos.

Diante disso, o Account é uma ferramenta que apresenta uma metodologia para o ensino de contabilidade que propõe ao aluno exercitar o raciocínio contábil, uma vez que nenhum procedimento é realizado automaticamente dentro do programa. Isso possibilita ao estudante aprender como se chegar a resultados que em outros softwares são processados automaticamente pelo sistema, tendo contato, então, com todo o processo contábil.

Pesquisas mostram que a simulação do mundo real a partir do uso de tecnologias permite o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a atuação no mercado de trabalho. Isso ocorre a partir o fenômeno da transferência de conhecimento (transfer of learning), que se refere à capacidade de transportar para diferentes realidades o aprendizado obtido no contexto da sala de aula. Dessa forma, as simulações de um ambiente de negócios realizadas pela disciplina de Laboratório de Contabilidade e Gestão, por exemplo, possibilitam que os discentes, ao se depararem com as situações já praticadas no ambiente acadêmico-tecnológico, possam utilizar de soluções exitosas, trazendo maior agilidade e capacidade de inovação para as entidades.

Além de preparar os discentes para a atuação no mercado de trabalho, a utilização de softwares contábeis na estrutura curricular de cursos de graduação se mostra importante, ainda, para que os discentes possam integrar os conhecimentos aprendidos em disciplinas anteriores, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo

Carolina é Coordenadora do Programa de Educação Executiva da Faculdade FIPECAFI. Atua como professora do curso de graduação em Ciências Contábeis, na modalidade EAD

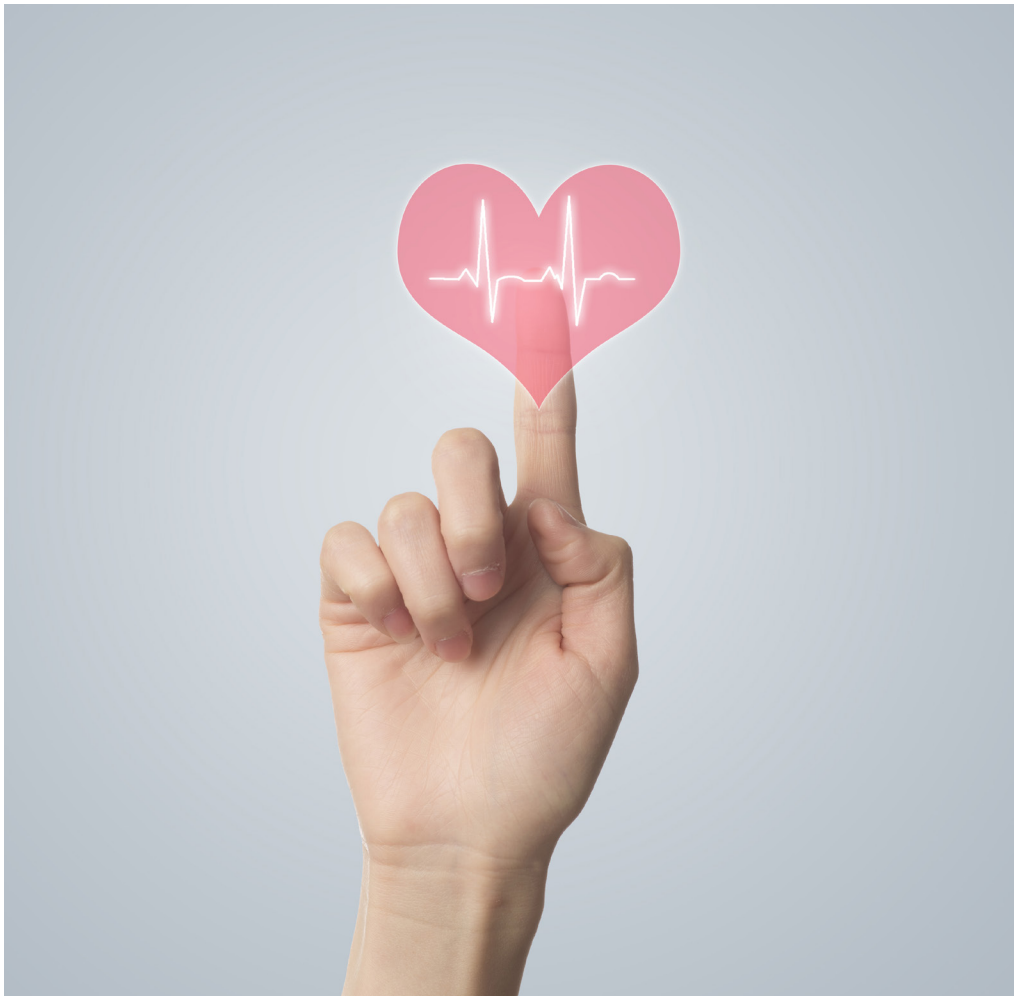
Samuel é Professor Adjunto da UFMG com regime de dedicação exclusiva e doutor em controladoria e contabilidade pela USP

PANORAMA DAS ENTIDADES FECHADAS E ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Por George Sales

O Brasil possui atualmente, dados do 2o trimestre de 2022, um patrimônio do regime de previdência complementar que atingiu 2,35 trilhões de Reais. Esse resultado indica o crescimento de aproximadamente 5% em relação ao mesmo período do ano passado. Sendo, 1,16 trilhões de Reais depositados em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e 1,19 trilhões de Reais depositados em Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC/Seguradoras). Tais valores somados correspondem ao total de 27% do PIB brasileiro. (Fonte: Previc/Susep). Em países como EUA essa relação é de 170% do PIB, já no Reino Unido essa relação é de 127% do PIB e no Chile essa relação está em 76% do PIB (Fonte: OCDE). Apesar das diferenças estruturais e históricas entre os países, temos a oportunidade de crescimento na indústria de fundos previdenciários. E, é nesse sentido que estamos caminhando, pois em 2013 os valores depositados em fundos previdenciários representavam 20% do PIB brasileiro. E, desde o ano de 2015, o fluxo anual de contribuições recebidas pelo regime de previdência complementar vem se mantendo na ordem de 2,0% em relação ao PIB brasileiro.

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida no Brasil subiu para 76,8 anos em 2020 e, em cinco anos, a expectativa de vida subiu 1,3 ano, enquanto em dez anos houve um crescimento de 3,3 anos. Tal envelhecimento traz à tona uma preocupação acerca dos recursos previdenciários capitalizados por cada um de nós. E nessa linha podemos observar que os recurso depositados em Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC/Seguradoras) aumentaram consideravelmente de 2013 até junho de 2022, saindo de 0,40 para 1,19 trilhões de Reais, ou seja, um aumento de 197,50% no volume finan-



Tal envelhecimento, traz à tona uma preocupação acerca dos recursos previdenciários capitalizados por cada um de nós

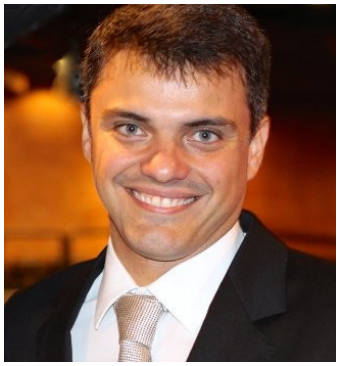
ceiro nesse tipo de aplicação. Enquanto para o mesmo período, o crescimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) foi de 70,59%, saindo de 0,68 para 1,16 trilhões de Reais. Portanto, hoje o volume financeiro depositado nas entidades abertas é superior aos das entidades fechadas, o que sugere um crescimento dos investimentos direto das pessoas em fundos abertos, sem que tenham necessariamente patrocinadores e instituidores.

A população total do regime de previdência complementar é de aproximadamente 17 milhões de pessoas (visão quantidade de contratos). Dos investidores em EFPC, cerca de 83% possuem até 64 anos, sendo 44% estão entre 35 e 54 anos e somente 17% possuem acima de 65 anos. Nas EAPC, cerca de 87% dos investidores possuem até 64 anos, sendo que 43% estão entre 35 e 54 anos e somente 13% possuem acima de 65 anos, portanto são números muito semelhantes, o que sugere que a decisão de investir em previdência complementar é regido pelo comportamento e não pelo fato do fundo ser instituído por um patrocinador ou instituidor.

De toda forma, os investimentos da previdência complementar podem desempenhar importante papel na formação de poupança interna e no desenvolvimento da economia. Seja financiando o setor privado, através de investimentos em renda variável, renda fixa, imóveis, entre outros, ou financiando a dívida pública. Atualmente (jun/2022) o valor aplicado em títulos públicos está em 1,51 trilhões de Reais, ou seja, aproximadamente 25% de toda dívida pública federal. Dos investimentos feitos em dívida pública pelas EFPC, cerca de 73% estão em títulos com prazo de vencimento superior a 5 anos. Nas EAPC, dos valores aplicados em dívida pública, cerca de 31% estão em títulos com prazo superior a 5 anos. Tais percentuais demonstram a importância do setor para o financiamento de longo prazo do governo.

Em relação aos pagamentos de benefícios anuais, cerca de 884 mil aposentados e beneficiários recebem, aproximadamente, 84,13 bilhões de Reais. Desse valor, 95% dos pagamentos destinam-se aos aposentados de EFPC (sendo 73% para pagamento dos benefícios definidos – BD) e 5% aos aposentados de EPAC. Interessante ressaltar, que o número de pagamento de benefícios para EAPC, entre 2020 e 2021, manteve-se estável, enquanto para EFPC exibiram um crescimento de 18,6% para o mesmo período. Tal aumento justifica-se, entre outros fatores, pelo crescimento de participantes das EFPC que se tornaram elegíveis à aposentadoria.

Diante desses cenários, tem-se como perspectivas, um potencial amadurecimento das EFCP, em contrapartida ao crescimento das EAPC, que visam constituir importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e um mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, necessário para ampliar a capacidade de investimento do país e diversificar as fontes de financiamento do crescimento econômico.



Geoge é professor da FIA e da IBMEC. pesquisador na faculdade FIPECAFI e consultor em Finanças e Mercado Financeiro

A INDENIZAÇÃO PELO PERÍODO DE NÃO CONCORRÊNCIA E OS DIREITOS DE PREFERÊNCIA – TAG ALONG E DRAG ALONG

Por Leonardo Theon e Pedro Boaventura

Quando falamos em M&A – do inglês, Mergers and Acquisitions, estamos falando de operações societárias que visam a compra e venda de participações societárias, as quais, por sua vez, se revestem na compra e venda de quotas/ações que representam o capital social de determinada sociedade.

As operações de M&A, usual e principalmente quando envolvem a compra de participação detida pelo(a) principal executivo(a) e/ou acionista da sociedade, vêm acompanhadas de cláusula que restrinja a atuação do(a) principal executivo e/ou acionista em atividades consideradas concorrentes. Esta restrição é revestida em uma cláusula que denominamos como clausula de não-concorrência ou non-compete. Esta cláusula prevê que o(s) sócio(s), após sua saída do quadro societário da sociedade, está(ão) impedido(s) de competir(em) contra a sociedade que faziam parte.

As cláusulas de non-compete possuem requisitos para sua validade como: tempo de vigência pré-determinado, determinação de território e atividade. Além destes pontos necessários para sua validade, as cláusulas de não-concorrência vêm acompanhadas, também, de uma indenização suficiente para remunerar o indivíduo pelo período em que ficar impedido de atuar em decorrência da referida cláusula, a fim de garantir a subsistência e manutenção dos padrões de vida, sendo reconhecida pela doutrina como uma obrigação moral e de lealdade, assim precificando a não-concorrência destes sócios, que deixam de integrar o quadro societário e restam impedidos de atuar no mercado.

O pagamento da indenização pelo período de não concorrência deve ou não ser adicionado ao valor de compra e venda de participações quando decorrentes do exercício do tag ou drag along?

Superada estas questões relativas às cláusulas de não-concorrência, especialmente, a necessidade de o período de não-concorrência ser indenizado, passamos a tratar das cláusulas de Tag Along e Drag Along.

Traduzindo literalmente, a expressão Tag Along significa "ir junto", ou seja, no caso em que os sócios detentores do bloco de controle da sociedade, decidam alienar suas quotas/ações do capital social, o adquirente deverá oferecer aos sócios com menor participação no capital social, a possibilidade (não o dever!) de, se assim desejaram, também venderem suas quotas/ações nos mesmos termos da proposta oferecida aos sócios majoritários.

Já a expressão Drag Along, em tradução literal, significa "arrastar junto", ou seja, no caso de alienação do bloco de

controle da sociedade, os sócios detentores da minoria do capital social, se assim exigirem os majoritários, restarão obrigados a alienarem suas quotas/ações nos mesmos termos da proposta oferecida aos sócios majoritários.

Um ponto importante é: os sócios minoritários quando alienam sua participação societária em decorrência do tag ou drag along, usualmente, não sofrem as restrições de uma cláusula de não-concorrência, por conta de não atuarem na atividade ou, se atuarem, não possuírem grande relevância no mercado.

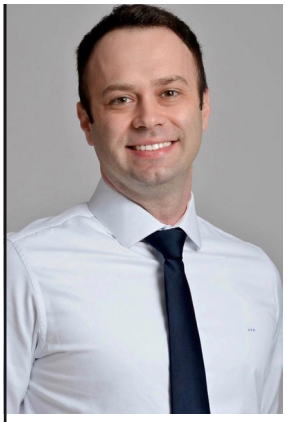
Por tal motivo, surge o seguinte questionamento: O pagamento da indenização pelo período de não concorrência deve ou não ser adicionado ao valor de compra e venda de participações quando decorrentes do exercício do tag ou drag along?

Vejamos: a indenização pela não concorrência é fixada para compensar a limitação à concorrência atribuída ao individuo em si, já o valor fixado como preço pela compra e venda de quotas/ações tem como base o valor de mercado da participação societária. Com isto, o valor das quotas/ações não engloba a indenização pelo período de não concorrência, em outras palavras, um valor é independente do outro.

Estes valores são definidos através da negociação prévia feita pelo(s) majoritário(s) e pelo(s) adquirente(s), dado que os minoritários não participam da referida negociação. A briga de forças aqui é a seguinte: (i) para o(s) adquirente(s), é mais interessante que seja fixado um valor maior pela indenização pelo período de não concorrência, assim tornando menor o valor pago pelas quotas/ações no tag ou drag along, diminuindo o valor em que deverá ser pago ao(s) minoritário(s) por suas quotas/ações; (ii) já para o(s) sócio(s) majoritário(s) é mais vantajoso que seja pago valor maior a título de sua participação social, ou seja, um valor maior pelas suas quotas/ações, por razões tributárias.

Apesar de os valores pagos como indenização pelo período de não concorrência não se confundirem com os valores pagos pelas quotas/ações, é recomendável que os instrumentos societários que tenham fixado o tag e/ou o drag along (Contrato social, acordo de quotistas, entre outros) estipulem, expressamente, que no caso do exercício do tag along ou do drag along, o preço a ser pago pelas quotas/ações não englobarão eventual indenização pelo período de não concorrência percebido pelo(s) majoritário(s).

Pedro é paralegal do Departamento Consultivo do TM Associados



Leonardo é Advogado e sócio fundador da TM Associados

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS – COOPERAÇÃO OU CONFRONTAÇÃO OPORTUNISTA

Por Sergio Rodrigues Bio

Ao longo de toda a Cadeia de Suprimento (C.S.) – de fornecedores da camada inicial até o produto que adquirimos no varejo – preços das matérias-primas, insumos, componentes, bens fabricados, etc., são sucessivamente negociados até chegar ao preço do produto que, como clientes finais, decidimos pagar (ou não). A cada etapa, cada empresa envolvida busca assegurar margens que remunerem o investimento feito. Incontáveis trocas compensatórias de custos vão ocorrendo entre as empresas e, portanto, o custo total resultante e o preço para o cliente final beneficia-se pela eficiência do todo ou, é negativamente afetado pelas ineficiências. Frequentemente, no entanto, determinada empresa da C.S. analisa o excelente resultado na reunião executiva mensal, "comemorando" algumas decisões e ocorrências do período:

Com o mercado e a demanda aquecida "eles" não tiveram como não aceitar nosso "oportuno" aumento de preço;

Completamos as iniciativas de redução de inventários: "empurramos para eles" até os itens que vão ser descontinuados, ao mesmo tempo em que completamos o Programa de entregas "Just-in-time" com os fornecedores-chave sem assumir nenhum custo adicional de entregas.

Ora, clientes estão assumindo preços aumentados agora. Fornecedores estão arcando com custos adicionais. Duas coisas são certas:

1ª – As empresas envolvidas vão encontrar, necessariamente, formas de repassar estes ônus;

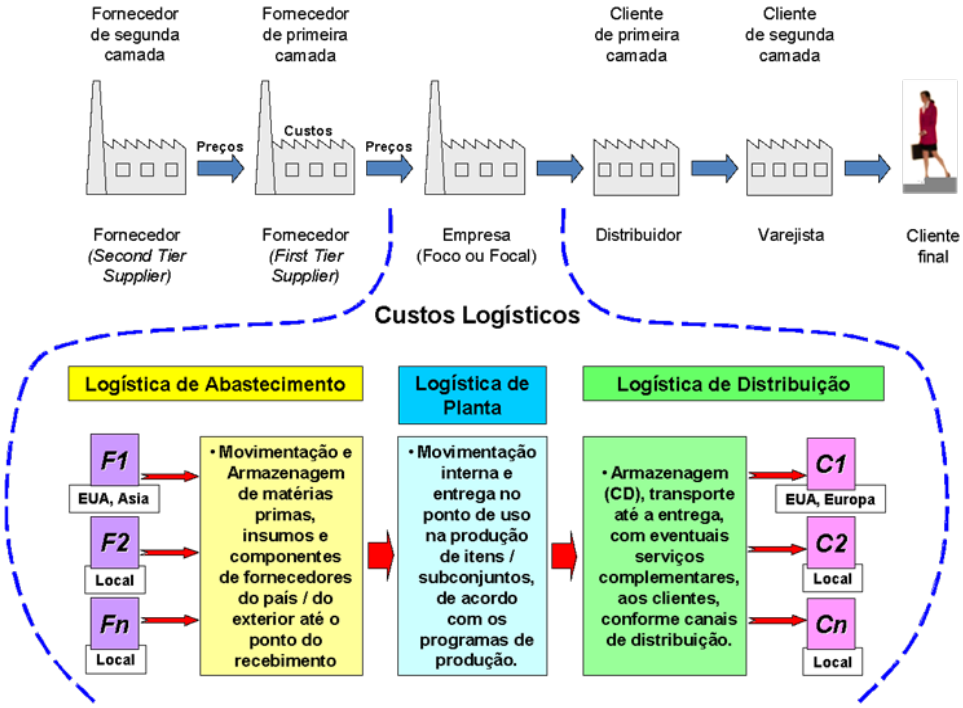
2ª – O custo total na C.S. será maior, preços finais tenderão a aumentar.

E uma terceira ocorrência é bem provável: as pessoas que se sentiram "vítimas" do oportunismo irão "contabilizar" os prejuízos visando futuros "ajustes".

Com o tempo, excelentes resultados de alguns em detrimento dos outros levará a perda de competitividade da C.S. É estranho, mas o autor recentemente interagia com uma empresa que "comemorava" o excelente resultado do trimestre, enquanto o produto final da C.S. vinha perdendo posição para um novo concorrente (e a empresa tinha 75% de suas vendas concentrado na fabricante deste produto final). O cenário ideal certamente não é este. Na indústria manufatureira entre 45 e 55% dos custos de produção já são dados pelos custos dos fornecimentos, como é indicado no excelente e pioneiro livro Gestão de Custos Interorganizacionais, dos Profs. Welington Rocha e Bruno C. Souza (editora Atlas). Ainda que, internamente, todas as empresas envolvidas operem num bom nível de eficiência (o que não é o caso) há ineficiências criadas na interação entre elas na C.S. (gestão da demanda e inventários, ineficiências logísticas, entre outras) pressionando os custos.

De alguma forma, os preços, a cada estágio, pretendem cobrir os custos de produção, as despesas administrativas, comerciais, financeiras, os custos de oportunidade, os custos tributários, as margens de lucro. O cenário ideal, aí sim, é de que estes preços preservem as margens sem "carregar adiante" os ônus de ineficiências que afetem a competitividade da C.S. Há vasta literatura e experiência acumulada pelas empresas para a gestão de custos de produção e das despesas. O que importa aqui é discutir como o "modelo" de supply chain que resulta da pauta estratégica poderá afetar (positivamente) os custos na C.S., através de ações como gestão colaborativa da demanda, desenvolvimento conjunto de produtos, terceirização / novos modelos de manufatura, entre outras. Importa ainda, gerenciar o custo logístico (o *supply chain* interno), via de regra pouco compreendido e "sub-gerenciado". Em logística, o custo total é resultante não de uma somatória dos custos, mas sim dos trade-offs de custos (trocas compensatórias) decorrentes das opções logísticas em especial entre: Níveis de Serviços objetivados X Níveis e Posicionamento de Estoques X Transportes.

A figura a seguir ilustra os custos que decorrem das relações relativas aos negócios inter-empresas e os custos logísticos, ou do *supply chain* interno. Na cadeia de suprimento como um todo o efeito sobre o custo pode ter sua primeira origem num Fornecedor *tier3*, *tier 2*, em relação à empresa foco. Em cada empresa da C.S., os custos logísticos, envolvem do abastecimento até a entrega de produtos aos clientes.'



Fica a questão para reflexão do prezado leitor: Cooperação ou Confrontação oportunista na Gestão da Cadeia de Suprimentos?

Sergio é consultor em Gestão Empresarial

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: A SAGA DOS CONTADORES NO CONTEXTO ESG

Por Eduardo Flores

Distintas menções indicam que a contabilidade é a linguagem dos negócios. Nada mais justo do que receber essa alcunha à medida que, pelo menos nos últimos cem anos, são justamente os contadores que vêm se debruçando sobre a formação de relatórios que expressem o patrimônio das organizações de maneira verossímil.

Ocorre, contudo, que a linguagem contábil, como qualquer outro modelo de representação, depende de delimitações que viabilizem a sua implementação prática. Alguns exemplos não exaustivos dessas delimitações são: (i) a exclusiva representação dos eventos por meio de unidade monetária comum no ato de sua mensuração, (ii) uma maior propensão ao registro de eventos passados comparativamente a ocorrências esperadas, e (iii) a desconsideração de outros capitais que não o financeiro.

Ainda que tais delimitações sejam imperativos funcionais para que o modelo contábil seja viável, há de se considerar que esses bordos implicam reduções na capacidade da contabilidade bem orientar os interessados nas atividades corporativas.

Suponha-se, por exemplo, a existência de uma linguagem que restrinja a comunicação dos seus intérpretes acerca de eventos futuros. Nesse contexto, mensagens relativamente simples, como, dizer o que se pretende fazer amanhã, não poderiam ser comunicadas.

Igualmente, considere-se ainda que essa mesma linguagem não possa ser utilizada para que sejam tratados determinados assuntos ou até mesmo aludir situações específicas, que embora significantes para os seus comunicantes, não possam ser traduzidas para o vernáculo corrente por causa da inexistência de palavras que as expressem.

É de fácil conclusão o entendimento de que tal linguagem se mostra inapta à comunicação funcional – ao menos parcialmente.

De maneira análoga, a linguagem contábil sofre restrições no repasse de mensagens úteis para os interessados no decurso empresarial justamente por causa de algumas das delimitações que viabilizam a sua forma funcional.

Não é exagerado dizer que nos últimos anos a informação contábil vem perdendo espaço na seara da comunicação corporativa à medida que as partes interessadas nas atividades empresariais têm voltado sua atenção de forma mais acentuada para questões de ordem ambiental e social, às quais não são suscetíveis de serem capturadas e representadas pelas técnicas contábeis conhecidas. Quando muito, a máxima divulgação contábil que é dada para tais temas restringe-se a notas explicativas de teor, muitas vezes, ininteligível.

Não são raros os exemplos atuais de investidores e credores que querem estimar mais do que a mera probabilidade de reaverem os capitais financeiros alocados nas organizações. A verdade é que considero crescente a percepção de que os alocadores de recursos têm se interessado por compreender os pormenores de como as empresas lidam com questões relacionadas ao clima, ao trabalho, ao desenvolvimento humano, dentre outros matizes. E, acima de tudo, se assegurarem que os montantes que estão direcionando para tais organizações não acentuarão as disfunções climáticas e sociais ora constatadas.

Nesse contexto, não seria demasiado dizer que a velha concepção de uma economia lucrativa orientada exclusivamente para o retorno a qualquer custo, sobretudo, se forem custos que não possam ser prontamente mensurados em unidade monetária, pois acabam por retroalimentar os próprios retornos, vai cedendo espaço para uma abordagem mais ampla que possa contemplar as reais externalidades de cada empreendimento corporativo, cabendo sempre à sociedade a decisão de estimular, ou não, um determinado nicho de atuação. Todavia, consciente dos custos e benefícios das decisões tomadas.

É bem sabido que questões ambientais e sociais têm implicações no resultado financeiro das organizações, basta analisar os variados efeitos de multas e limitações negociais aplicadas a entidades que transgrediram regras. Entretanto, as demonstrações contábeis reconhecem tardiamente tais ocorrências, quer seja na forma de saídas de caixa não previstas, quer seja na forma de provisões quando somente se alcança uma estimativa de probabilidade de que tais influxos financeiros ocorrerão.

Note-se que não se está esposando a tese de que o lucro contábil deixará de ser relevante tanto para gestão negocial quanto para alocação de recursos, o que se está objetivamente dizendo é que o lucro contábil não é uma medida suficiente, no sentido hermético do termo, para que as operações empresariais sejam geridas e para que os agentes de investimentos realizem as suas alocações.

É necessário que os profissionais de contabilidade compreendam que há uma mudança em curso, a qual lhes demandará conhecimentos em áreas distintas. A diáspora das demonstrações contábeis muito potencialmente culminará com o fortalecimento dos relatórios corporativos, respectivamente formados por informações financeiras, tradicionalmente apresentadas pela Contabilidade, bem como por outras não financeiras, associadas à compilação de dados de natureza sócio-ambiental que demandarão esforços hercúleos dos profissionais contábeis.

Entretanto, se há um mar de desafios pela frente, há também um "sem-número" de oportunidades para os que se lançarem ao desbravamento do novo conjunto informacional requerido no âmbito das boas práticas de *environmental, social and governance*. Contadores, mãos à obra!

Eduardo é Professor do depto. de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Membro do Conselho Consultivo da Fundação IFRS. Coordenador do Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

DENARIUS ENTREVISTA

JOÃO MANGABEIRA, PESQUISADOR DA EMBRAPA

Para falar sobre o cenário do agronegócio no Brasil, bem como seus desafios e potenciais, o Denarius conversou este mês com João Alfredo de Carvalho Mangabeira, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A Fipecafi possui um acordo de cooperação com a Embrapa. O projeto tem como objetivo a construção de indicadores de governança, econômicos, sociais e ambientais para geração de índice agregado, multicritério, de sustentabilidade agrícola.

Mangabeira é agrônomo, mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável e Doutor em Desenvolvimento Econômico, com enfoque em Economia Ecológica. Na Embrapa atua em projetos de socioeconomia, agricultura e meio ambiente, utilizando ferramentas de geotecnologias. Tem desenvolvido trabalhos de sustentabilidade e eficiência de sistemas de produção agrícola, buscando propostas de desenvolvimento rural via proteção ambiental por intermédio de pesquisas e análises com enfoques agroecológicos e de economia ecológica.

Confira abaixo:

QUAL O CENÁRIO ATUAL E QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO AGRO NO BRASIL?

O agro no Brasil vai bem, está produzindo bastante e também contribui com a balança comercial brasileira. Por outro lado, existe uma fragilidade para a sustentabilidade a longo prazo por causa da dependência de insumos importados, ainda mais no atual contexto da guerra na Ucrânia, que tem se prolongado.

Mesmo se não houvesse tal prolongamento da guerra, no futuro deve haver escassez de fertilizante. Neste ponto o agro brasileiro é vulnerável. O Brasil

hoje tem mais de 80% de dependência de fertilizantes importados, tendo um forte impacto na balança comercial de importação brasileira.

Se não mudarmos esse cenário e não realizarmos pesquisas aqui para buscar soluções dentro do nosso país, teremos problemas. Aqui na Embrapa estudamos soluções para isso, com pesquisas através de bioinsumo, por exemplo.

QUAL A PRINCIPAL TENDÊNCIA QUE VOCÊ ENXERGA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

No Brasil hoje enxergamos uma tendência muito forte em títulos verdes, esta modalidade tem um potencial imenso. Os títulos verdes já estão mais consolidados em termos de energia solar e saneamento, porém na área da agricultura ainda existe uma carência de protocolos e estudos para sistematizar esse sistema de produção com baixa emissão de carbono. Então podemos dizer que a tendência hoje é de crescimento, mas ao mesmo tempo temos que colocar como objetivo a realização de pesquisas que possam comprovar a durabilidade econômica desses títulos verdes.

DE QUE FORMA OS MOVIMENTOS POLÍTICOS, APROXIMAÇÃO DAS ELEIÇÕES E O CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL TEM IMPACTA-

do o agronegócio?

O agronegócio, independente de qualquer conjuntura, vai trabalhar e produzir. Claro que sentimos impactos fortes do cenário global na questão do preço dos fertilizantes e no custo de produção da próxima safra. Porém, dentro da conjuntura política do Brasil isso já é uma realidade. A safra que está sendo colhida agora, plantada anteriormente a guerra na Ucrânia, já contava com um estoque de fertilizantes aqui no Brasil, mas com certeza ainda sentiremos reflexos na próxima safra devido ao alto custo de produção pois aumentaram muito os insumos.

Qual o papel do agro na preservação ambiental?

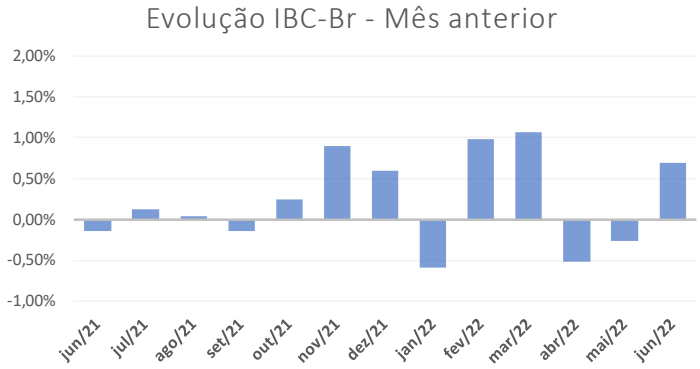
O Climate Bonds Initiative (CBI), órgão internacional que sempre trabalhou em parceria com o Ministério da Agricultura, já sinalizou que o Brasil tem um grande potencial nesse uso ferramental de títulos verdes para ser usado e financiar a preservação ambiental. Esperar que o produtor arque com esse custo e a sociedade não possa participar é complicado, não dá para todo custo e oneração ficar por conta do produtor. Seria interessante que a sociedade pudesse participar financiando o agro através da aquisição desses títulos verdes ou de incentivos a financiar, as empresas que têm passivos ambientais a mitigar, a produção de água e a questão do carbono... Seria interessante os consumidores ajudarem o agro nesse sentido. E quando eu digo "agro", falo no geral, desde os pequenos aos grandes produtores que podem ser ajudados e financiados. O agro tem um papel na preservação, pois precisamos da preservação ambiental para ajudar a produção, produção com conservação é a sustentabilidade, além da parte de governança e social. Existe também um potencial muito forte na geração de emprego para jovens no setor rural através dos títulos verdes, mas isso só está no potencial, é necessário por isso em prática.

Conte um pouco sobre as iniciativas e projetos com os quais vocês trabalham na Embrapa e como vocês contribuem para esse mercado.

Hoje estamos empenhados no nosso convênio de cooperação técnica com a Fipecafi e a gente espera um bom resultado desse convênio, onde possamos estruturar métodos e métricas de forma geodigital para os protocolos de agricultura com baixa emissão de carbono. Isso é uma carência, precisamos desses métodos e métricas para gerar inovação através de geotecnologia e para que seja internalizado tanto por parte do emissor mas também por parte de quem vai receber o financiamento. Esperamos que isso possa ficar transparente, confiável, facilitar certificações digitais, podendo ser através de inovações em blockchain, mas primeiro precisamos desses métodos e protocolos.

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL (IBC-BR)

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado para junho de 2022 mostra avanço de 0,69% nas atividades do mercado

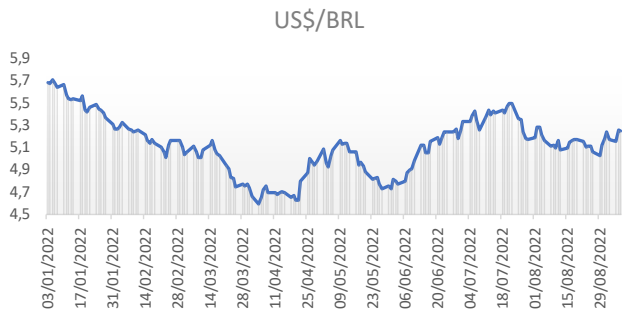


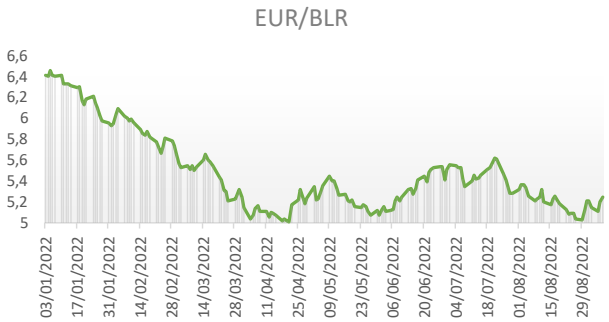
Mês	IBC-Br	% Mês Anterior
jun/21	138,71	-0,14%
jul/21	138,88	0,12%
ago/21	138,94	0,04%
set/21	138,74	-0,14%
out/21	139,08	0,25%
nov/21	140,32	0,89%
dez/21	141,16	0,60%
jan/22	140,33	-0,59%
fev/22	141,71	0,98%
mar/22	143,22	1,07%
abr/22	142,48	-0,52%
mai/22	142,11	-0,26%
jun/22	143,09	0,69%

Fonte: Banco Central

Nos dois meses anteriores, no entanto, foi registrada retração. A série de dados dos últimos meses foi revisada com leves alterações. Considerando os últimos 12 meses findos em junho de 2022, o IBC-Br ainda indica um crescimento de 2,18%

CÂMBIO

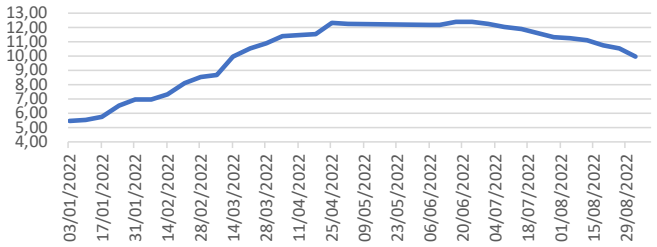




Evolução das expectativas de mercado (focus)

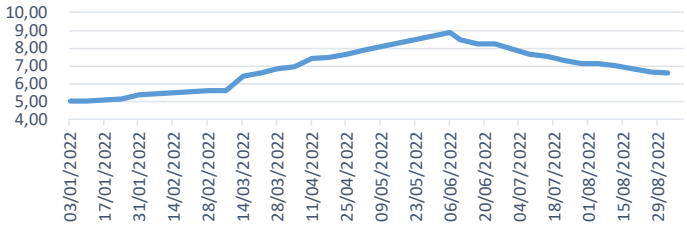
Para o PIB, os analistas vêm subindo a projeção do ano de 2022 há dez semanas, que atualmente se encontra em 2,26%, ante 2,10% na semana anterior. Já o indicador oficial da inflação observa queda pela décima semana seguida, de 6,61% para 6,70%.

IGP-M



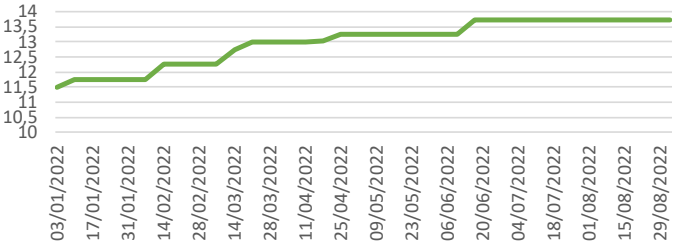
Fonte: BCB

IPCA



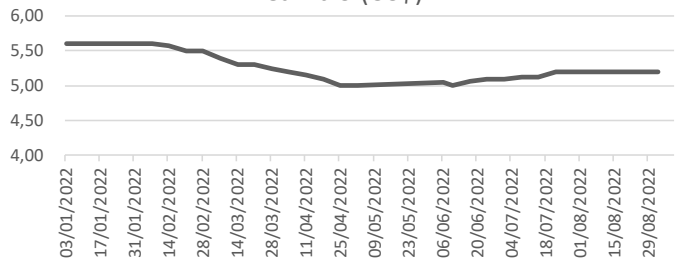
Fonte: BCB

Selic



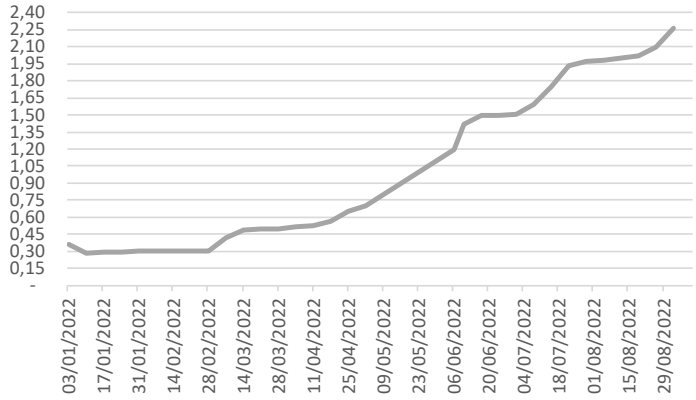
Fonte: BCB

Câmbio (US$)



Fonte: BCB

Evolução da expectativa Focus para o PIB



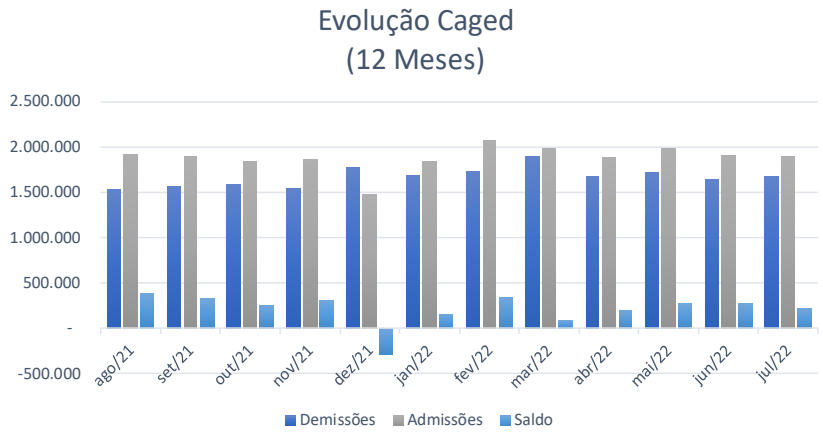
Fonte: BCB

A melhora nas projeções dos indicadores indica o contínuo processo de retomada da economia pós Covid-19, apesar dos reflexos da guerra na Ucrânia no mundo. Sobre a Selic, a expectativa é de 13,75%, exatamente a taxa atual, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em agosto.

Por fim, a expectativa para o câmbio é de R$ 5,20, mantendo o esperado nas últimas sete semanas

Geração de emprego formal (Caged)

A economia brasileira gerou nos últimos 12 meses mais de 2,55 milhões de novas vagas no mercado formal. Para quase todos os meses do período analisado, os dados do Caged indicam admissões acima das demissões, com excessão do mês de dezembro/21, quando essa relação se inverte, indicando uma perda de 288 mil postos formais emprego



Os dados de julho seguem a tendência positiva iniciada em janeiro/22, porém com ligeira queda no saldo mensal quando comparado com o mês de junho.

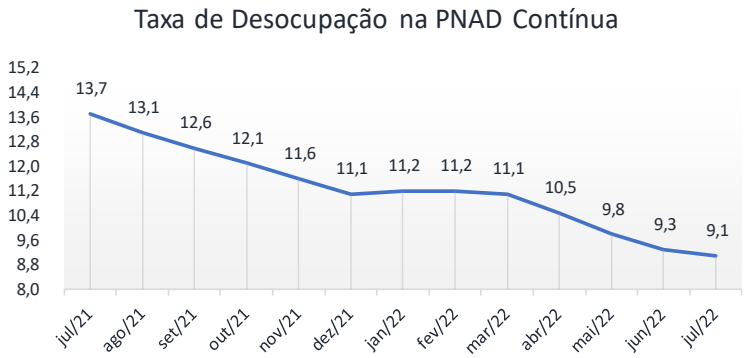
Evolução Caged 2021/2022

Período	Demissões	Admissões	Saldo
ago/21	1.530.145	1.917.154	387.009
set/21	1.559.943	1.888.751	328.808
out/21	1.588.390	1.838.621	250.231
Nov/21	1.546.358	1.857.568	311.21
dez/21	1.765.073	1.476.858	-288.215
Jan/22	1.678.608	1.835.153	156.545
fev/22	1.731.132	2.069.316	338.184
Mar/22	1.896.118	1.988.412	92.294
abr/22	1.672.753	1.872.772	200.019
mai/22	1.711.571	1.987.770	276.199
Jun/22	1.635.840	1.914.593	278.753
Jul/22	1.667.635	1.886.537	218.902
Total	19.983.566	22.533.505	2.549.939

Fonte: MET

AInda assim, o saldo se mantém significativamente mais alto frente os verificados em março e abril. Destaca-se também que o governo vem corrigindo constantemente os números do Caged, tendo em vista o delay existente no processo de informação sobre as admissões e contratações pelas entidades do mercado

Evolução da força de trabalho (PNAD contínua)



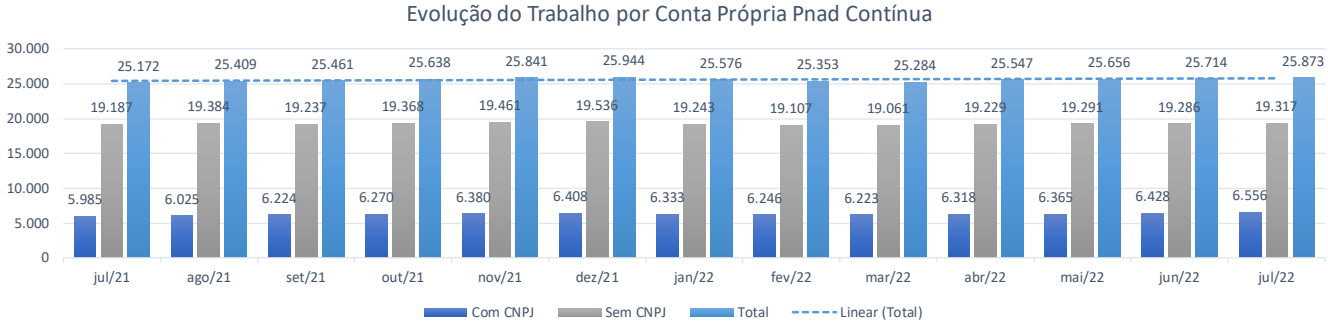
Após o primeiro trimestre de uma evolução mais lenta, trazendo sentimento de estabilidade no início de 2022, os números de maio a julho desenham um cenário de recuperação um pouco mais vigoroso

Desocupação na economia brasileira

Tipo	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22
%	13,7	13,1	12,6	12,1	11,6	11,1	11,2	11,2	11,1	10,5	9,8	9,3	9,1
Nº Absoluto (Mil pessoas)	14.085	13.656	13.453	12.906	12.405	12.011	12.048	12.016	11.949	11.349	10.631	10.08	9.882

Fonte: IBGE

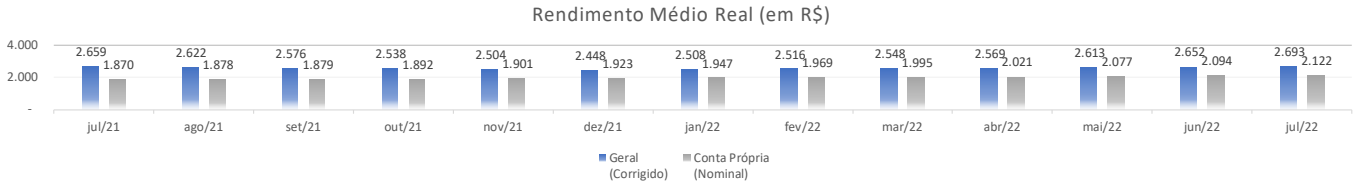
O destaque fica para a taxa de desocupação em 9,1%, sendo o menor para o período desde 2015. O número absoluto de desocupados no mercado também vem apresentando queda mês a mês. Já a população ocupada é estimada em 98,6 milhões, o número mais elevado da série histórica, iniciada em 2012



Categoria de trabalho por conta própria (em mil pessoas)

Tipo	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22
Com CNPJ	5.985	6.025	6.224	6.27	6.38	6.408	6.333	6.246	6.223	6.318	6.365	6.428	6.556
Sem CNPJ	19.187	19.384	19.237	19.368	19.461	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317
Total	25.172	25.409	25.461	25.638	25.841	25.944	25.576	25.353	25.284	25.547	25.656	25.714	25.873

Fonte: IBGE



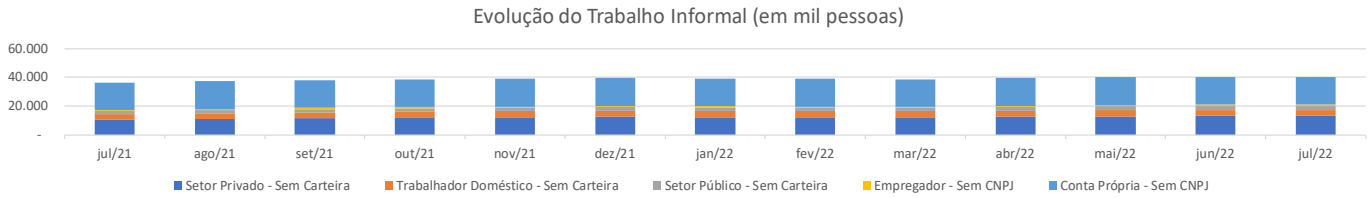
Rendimento médio real (em R$)

Tipo	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22
Geral (Corrigido)	2.659	2.622	2.576	2.538	2.504	2.448	2.508	2.516	2.548	2.569	2.613	2.652	2.693
Conta Própria (Nominal)	1.87	1.878	1.879	1.892	1.901	1.923	1.947	1.969	1.995	2.021	2.077	2.094	2.122

Fonte: IBGE

O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, vem demonstrando leves aumentos mês a mês. Apesar de não haver crescimento expresivo no rendimento médio dos trabalhadores, houve crescimento da massa de rendimento já que o número de pessoas trabalhando tem subido.

O trabalho informal segue regitrando aumentos. No mês de julho, última divulgação da Pnad Contínua, foram mais de 40 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 19,3 milhões



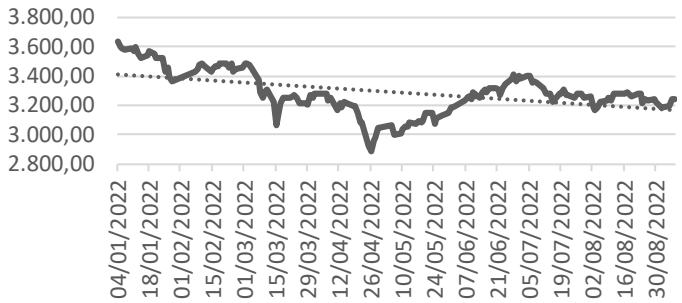
Evolução do trablaho informal (em mil pessoas)

Categoria	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22
Setor Privado - Sem Carteira	10.339	10.791	11.691	11.956	12.179	12.443	12.383	12.281	12.216	12.474	12.804	13.043	13.075
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	4.017	4.15	4.052	4.168	4.247	4.296	4.217	4.233	4.205	4.36	4.373	4.385	4.348
Setor Público - Sem Carteira	2.149	2.199	2.256	2.333	2.437	2.488	2.421	2.397	2.351	2.497	2.6	2.738	2.851
Empregador - Sem CNPJ	720	726	738	754	755	750	758	775	785	797	891	800	776
Conta Própria - Sem CNPJ	19.187	19.384	19.237	19.368	19.461	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317
Total	36.412	37.25	37.974	38.579	39.079	39.513	39.022	38.793	38.618	39.357	39.959	40.252	40.367

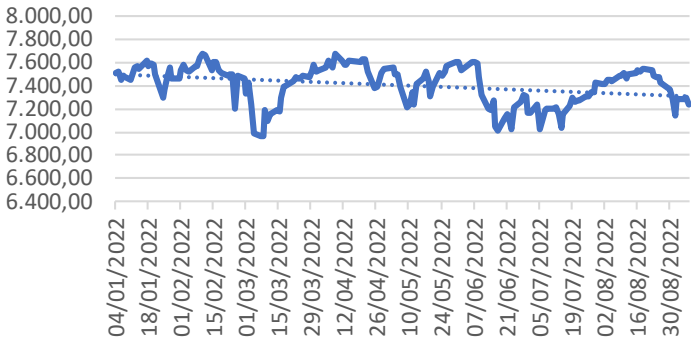
Fonte: IBGE

Desempenho do mercado de capitais

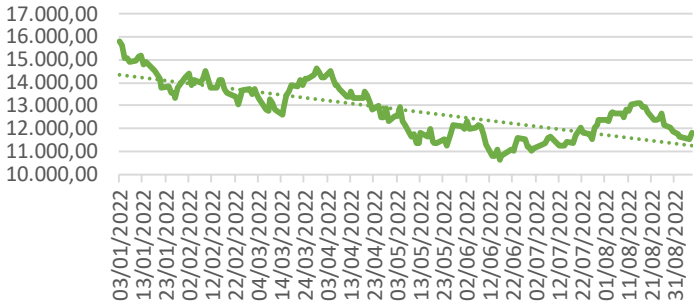
Shanghai Composite



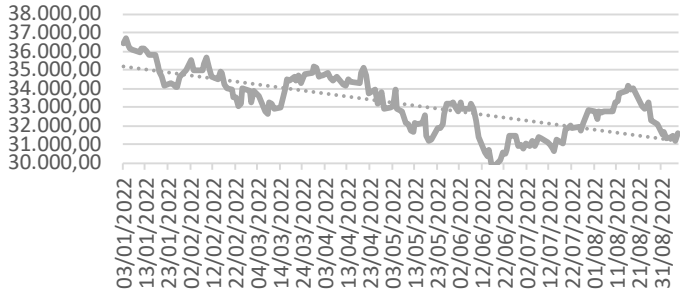
FTSE 100 - London



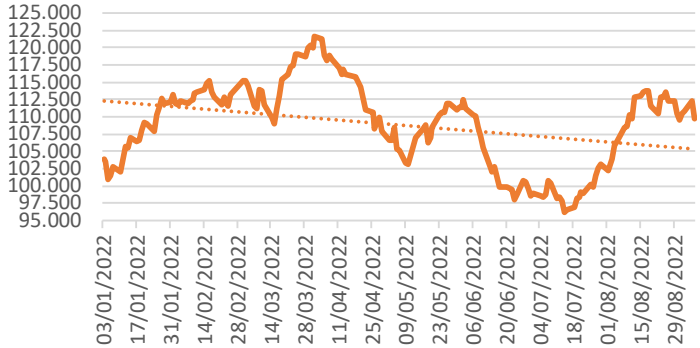
Nasdaq Composite



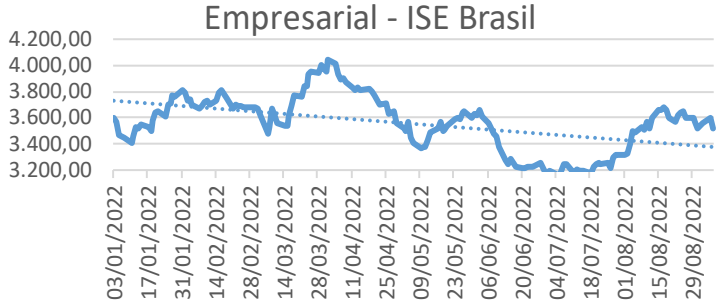
Dow Jones Futuros



Evolução do Ibovespa



Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE Brasil

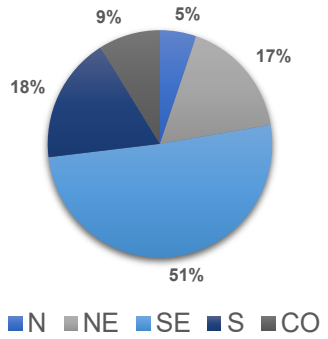


No ano, o Ibovespa acumula alta de quase 5%. Já índices como o S&P 500, Dow Jones e Euro Stoxx 50 caem mais de 15%. A bolsa Brasileira segue devolvendo os ganhos em 2022, em meio a um cenário mundial que envolve a guerra na Ucrânia e seus desdobramentos, como a alta dos juros que os bancos ao redor do mundo (incluindo o Brasil) estão promovendo. A alta inflação global, os rumos ainda incertos da pandemia na China e a crise energética na Europa completam o contexto que continua a impactar os principais índices de ações nos mercados internacionais

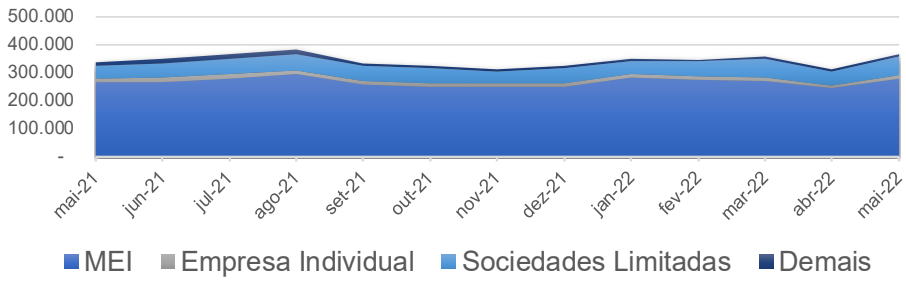
ÍNDICE DE NASCIMENTO DE EMPRESAS

No mês de maio de 2022 foram mais de 364 mil CPNJ criados. O número significa 55 mil empresas abertas a mais no mês do que o registrado no mês anterior. Abril havia, inclusive, registrado uma queda relevante frente ao mês anterior. Seguindo a tendência verificada ao longo dos últimos 12 meses, o Sudeste segue com os números mais expressivos, bem como a quantidade de novas empresas no setor de serviços

Nascimento de Empresas por Região

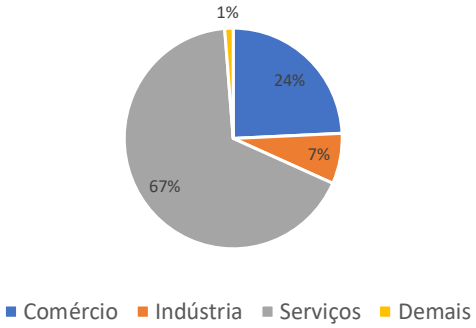


Nascimento de empresas por Natureza Jurídica



Em relação à natureza jurídica desses novos empreendimentos, 278 mil são MEI (76% do total para o mês). Confirmando dados apontados pelos indicadores de emprego, o trabalho por conta própria se mostra continuamente importante para a economia brasileira

Nascimento de Empresas por Setor



NASCIMENTO DE EMPRESAS

MÊS	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Sociedades Limitadas	Demais	TOTAL
mai-21	18.665	56.738	172.325	59.4	30.622	84.818	25.509	224.034	3.389	265.922	12.032	45.644	14.152	337.75
Jun-21	18.454	58.029	180.908	61.831	31.04	88.503	26.086	230.537	5.136	267.713	12.87	51.896	17.783	350.262
Jul-21	19.107	64.866	185.505	64.208	32.102	93.537	27.358	240.144	4.749	279.925	13.294	54.861	17.708	365.788
ago-21	19.593	67.999	194.175	68.226	33.103	96.781	28.947	252.349	5.019	295.5	13.1	56.529	17.967	383.096
set-21	17.458	58.929	168.193	59.987	28.944	83.247	25.126	220.877	4.261	255.81	12.098	54.756	10.847	333.511
out-21	15.921	55.949	168.39	58.13	27.342	81.053	24.305	215.648	4.726	249.921	11.447	55.402	8.962	325.732
Nov-21	17.618	56.632	148.394	61.343	26.556	86.228	27.725	191.471	5.119	248.513	11.389	43.157	7.484	310.543
dez-21	16.381	54.331	170.667	56.275	26.866	80.411	24.193	215.209	4.707	248.513	11.008	55.533	9.466	324.52
Jan-22	17.349	59.452	178.028	62.57	31.238	77.615	25.299	241.606	4.117	283.021	10.038	48.789	6.789	348.637
fev-22	17.276	56.761	179.956	61.978	30.509	76.756	25.506	240.809	3.409	274.145	10.82	55.283	6.232	346.48
Mar-22	18.831	59.218	177.874	66.8	34.571	80.017	24.563	248.434	4.28	271.575	12.086	65.22	8.413	357.294
abr-22	16.833	51.569	154.783	57.236	29.388	69.439	20.777	216.619	2.974	244.286	7.837	51.435	6.251	309.809
mai-22	19.637	61.775	185.248	64.761	33.553	82.981	24.831	252.867	4.295	278.145	11.684	66.342	8.803	364.974
Total	233.123	762.248	2.264.446	802.745	395.834	1.081.386	330.225	2.990.604	56.181	3.462.989	149.703	704.847	140.857	4.458.396
%	5%	17%	51%	18%	9%	24%	7%	67%	1%	78%	3%	16%	3%	100%

Fonte: Serasa Experian

CRIPTOMOEDAS

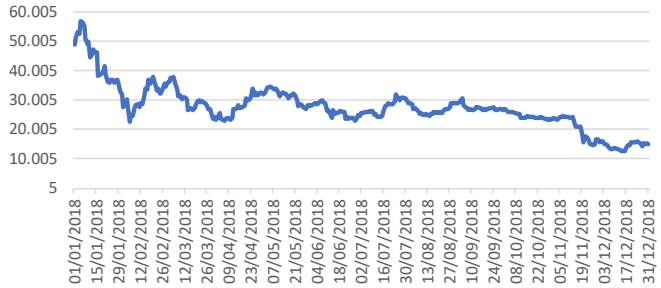
BITCOIN/BRL - 2022

BITCOIN/BRL - 2021

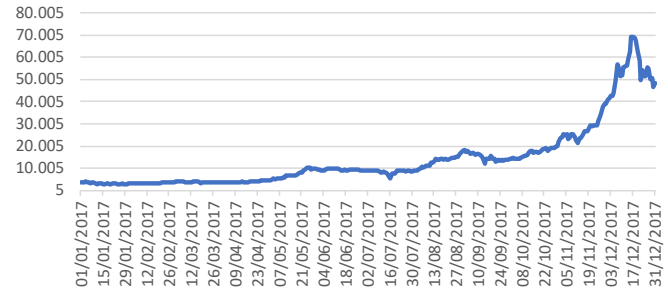
BITCOIN/BRL - 2020

BITCOIN/BRL - 2019

BITCOIN/BRL - 2018



BITCOIN/BRL - 2017



ETHEREUM/BLR - 2020

ETHEREUM/BLR - 2021

ETHEREUM/BLR - 2022

Bitcoin veio se valorizando desde seu lançamento em 2017 chegando ao patamar de R$ 350.000 em novembro de 2021, desde então vem caindo sua cotação chegando à R$ 100.000 agora neste mês de setembro de 2022. Já o Ethereum, lançado em 2020, chega também a sua cotação máxima em novembro de 2021 R$25.880 e decresce neste mês para R$ 8.480

Macroeconômicas

13/Set – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

14/Set – Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

16/Set – Índice Geral de Preços 10 (IGP-10 e os componentes: IPA-10, IPC-10 e INCC-10)

19/Set – Monitor do Produto Interno Bruto (PIB)

26/Set – Sondagem do Consumidor

27/Set – Índice Nacional de Custos da Construção Mensal (INCC-M)

27/Set – Sondagem da Construção

27/Set – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15)

27/Set – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)

27/Set – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

28/Set – Sondagem da Indústria

Macroeconômicas

29/Set – Sondagem do Comércio

29/Set – Sondagem de Serviços

29/Set – Índice Geral de Preços Mensal (IGP-M) e os componentes: IPA-M e IPC-M

30/Set – Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br)

30/Set – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua)

03/Out – Índice de Confiança Empresarial (ICE)

05/Out – Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp)

05/Out – Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil (PIM – PF)

06/Out – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI e os componentes: IPA-DI, IPC-DI e INCC-DI)

06/Out – Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR)

07/Out – Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

Ficha Técnica

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

EDITORA CHEFE
Alana Martins

JORNALISTA
Fernanda Araujo S. Zambianco

CORRESPONDENTE EUA
Cruz Daniel Lopez

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

ESTAGIÁRIA DE DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.